

por sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central ■ ano 3 ■ nº 13

BANCO CENTRAL Autonomia com controle social



DEBATE
Regime de
metas de inflação,
um tiro no pé

ENTREVISTA/Marco Aurélio Garcia
Os desafios da
integração da
América do Sul

DESMONTE DO BC
0800 no lugar
das Centrais
de Atendimento

Compromisso com o debate democrático

Chegamos, com esta 13ª edição, aos quatro anos de existência da **Por Sinal**. De tudo que foi publicado, fica a certeza de que a revista vem cumprindo seu principal objetivo: contribuir para ampliar o debate de temas próprios ou potenciais de um Banco Central.

Missão e autonomia do Banco Central, defesa do usuário de serviços bancários, combate à lavagem de dinheiro e aos crimes contra o sistema financeiro, democratização do crédito e discussões sobre a conjuntura econômica e política do país foram pautas obrigatórias da revista ao longo desses anos.

As questões corporativas também tiveram seu espaço. A cobertura dos principais eventos do funcionalismo, como as Assembléias Nacionais Deliberativas (ANDs) e as campanhas salariais da categoria, sempre esteve associada à busca de um Banco Central mais bem qualificado para cumprir sua missão.

Não faltou à **Por Sinal** um olhar voltado para dentro do BC, mostrando ao leitor como os funcionários cuidam da moeda nacional, administram as reservas internacionais do país e atuam na defesa do cidadão nas suas reclamações contra os bancos. O trabalho nas representações regionais e o acervo cultural e artístico da instituição mereceram destaque em várias edições.

Neste número, diante das articulações do Minis-

tério da Fazenda para colocar na pauta de discussão do Senado a autonomia operacional do BC, reabrimos o debate, em matéria de capa, com a defesa de um Banco Central autônomo, desde que sob o controle da sociedade.

Também nesta edição, denunciemos mais uma ação de desmonte de serviços essenciais à população oferecidos pelo Banco Central. Agora, as Centrais de Atendimento ao Público (CAPs) nas representações regionais. E alertamos para as dificuldades do cidadão no acesso ao crédito, devido à ação restritiva de empresas gerenciadoras de cadastros.

O entrevistado é o assessor especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, que fala sobre a política externa do governo, em especial, a integração continental e suas diversas implicações. Esta edição também acompanha a agenda legislativa, levando a você uma visão crítica da reforma sindical proposta pelo governo, nas palavras do presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Grijalbo Coutinho.

Os que fazem a **Por Sinal** agradecem a todos que têm contribuído com trabalho, idéias e críticas, e se colocam à disposição do caro leitor para ouvir sua opinião sobre a revista e os temas aqui abordados. Obrigado pela parceria.



EXPEDIENTE ANO 3 NÚMERO 13 ABRIL 2005

Sinal Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Por Sinal

Revista bimestral do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Alexandre Wehby, David Falcão, Gustavo Diefenthaeler, João Marcus Monteiro, Luis Carlos Paes de Castro, Orlando Bordallo Junior, Sérgio da Luz Belsito

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SAS quadra 5, lote 4, bloco K, sala 410

Edifício Ok Off Tower – 70070 -100 Brasília (DF)

Telefone: (61) 322-8208

nacional@sinal.org.br

www.sinal.org.br

Redação

Coordenação geral e edição: Flavia Cavalcanti (Letra Viva Comunicação)

Reportagem: Jefferson Guedes, Paulo Vasconcellos e Flavia Cavalcanti (entrevista)

Fotos: Agência Focus e divulgação (senadores Arthur Vigílio, José agripino e Nei Suassuna)

Arte: Maraca Design

Ilustrações: Claudio Duarte

Fotolito: Madina

Impressão: Ultra Set

Tiragem: 12.000

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

Banco Central	Autonomia, sim, mas com controle social	Página 6
Reforma Sindical	20ª AND diz não ao projeto do governo Lula	Página 11
Artigo Theotônio dos Santos	A dívida argentina vai bem, obrigado	Página 12
Política monetária	Metas de inflação: um tiro no pé	Página 14
Entrevista	Marco Aurélio Garcia/ "Precisamos criar um grande mercado de bens de consumo de massa na América do Sul"	Página 20
Proteção ao crédito	Consumidor sofre nas mãos do SPC e da Serasa	Página 28
Artigo Grijalbo Coutinho	A Amatra e a reforma sindical	Página 34
Reestruturação do BC	0800 no lugar das CAPs	Página 36
Informe Especial Abrapp	Fundos de pensão: cenário favorável	Página 38

Autonomia, sim, mas com controle social

A DISCUSSÃO SOBRE O BANCO CENTRAL QUE O PAÍS PRECISA PROMETE SER O ASSUNTO PRINCIPAL DA AGENDA ECONÔMICA DE 2005. O SINAL QUER UM BC QUE TRADUZA AS CONTRADIÇÕES DA SOCIEDADE, E NÃO APENAS OS INTERESSES DO MERCADO. OU SEJA, UM BANCO DE TODOS OS BRASILEIROS.



JEFFERSON GUEDES

Autonomia é uma palavra que vem do grego. Significa “o direito de reger-se segundo leis próprias”. O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, tem dito que a autonomia institucional do BC reduzirá a taxa de juros e a inflação porque dará credibilidade à política monetária. Parece tentador, mas o ministro precisa responder a duas perguntas essenciais. A primeira: que leis vão comandar esse BC autônomo? A outra: em nome de quais interesses elas serão redigidas?

O Sinal vem discutindo o assunto há mais de uma década na Assembléia Nacional Deliberativa dos funcionários do BC. Na 20ª AND, realizada em novembro de 2004, desenhou-se um modelo de autonomia bastante singular. A categoria defende, sim, a autonomia da instituição, mas com controle social. Ou seja, os funcionários querem que o Banco Central tenha “o direito de reger-se por leis próprias”. Mas a sociedade deve pautar essas leis, e não o mercado financeiro.

Um erro freqüente vem sendo cometido nesta discussão. Não se pode falar em autonomia institucional para o BC sem debater qual deve ser a missão da autarquia. No Congresso Nacional, por exemplo, as



Para o senador José Agripino, BC não pode sofrer injunção política

opiniões a respeito são as mais variadas. O deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ) entende que a obrigação do Banco Central é proteger a moeda e a estabilidade econômica. Já o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) acha que o BC deve defender a moeda e o emprego.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) é ainda mais explícito que Miranda. Além de cuidar da moeda e do emprego, ele quer que a erradicação da fome também faça parte da missão do BC. Posição semelhante tem a deputada Luciana Genro (PSOL-RS). Segundo ela, o Banco Central deve, prioritariamente, executar políticas que

garantam o desenvolvimento.

Outros privilegiam as atribuições técnicas da instituição. É o caso do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). A seu ver, o BC deve controlar a inflação e o balanço de pagamentos. O senador José Agripino (PFL-RN) vai na mesma linha, mas faz questão de ressaltar: o Banco Central não pode sofrer injunção política. Arthur Vigílio, líder do PSDB no Senado, tenta uma síntese entre os enfoques “técnico” e “desenvolvimentista”. De acordo com o senador, o BC contribui para o desenvolvimento na medida em que tome decisões técnicas acertadas. Sem se politizar.

Uma nova missão para o banco

Na 20ª AND, a categoria propôs uma nova missão institucional para o Banco. Está calcada em três eixos, que não podem (nem devem) ser vistos isoladamente. São eles:

- 1 A estabilidade da moeda com desenvolvimento econômico e social;
- 2 A solidez do sistema financeiro; e
- 3 A proteção da economia popular.

O primeiro deles tem endereço certo. Quando se vincula a estabilidade ao desenvolvimento, a variável emprego passa a ser prioritária para a fixação da taxa de juros. Hoje, a

situação conjuntural do mercado de trabalho é apenas citada nas atas do Copom. Não se menciona a possibilidade de associar a taxa Selic a metas de geração de emprego.

Assegurar a solidez do sistema financeiro, o segundo eixo, é mais do que óbvio, em se tratando da autoridade monetária. Já a proteção da economia popular é um indicativo claro de que a categoria deseja um Banco Central bem diferente deste que aí está.

Até hoje, a instituição fez muito pouco em favor do desenvolvimento econômico, e também não parece preocupada em penalizar os abusos praticados pelos bancos. Filas enormes, tarifas altas e indecifráveis – esses são alguns dos itens que dizem respeito à economia popular. Sem enfrentar estes problemas, o Banco Central não será um banco de todos os brasileiros.

Mandato fixo: questão polêmica

A relação entre a diretoria do Banco Central e a Presidência da República é outra questão polêmica. O mandato do presidente da instituição deve ser coincidente ou não com o do presidente da República? Qual a opção que melhor traduz as demandas da sociedade?

Pelas regras atuais, o presidente da República indica a diretoria do Banco Central assim que toma posse. No entanto, tanto os diretores quanto o presidente do BC podem ser demitidos por um ato de vontade do presidente da República, sem que ele jus-



Senador Arthur Vigílio: BC contribui com medidas técnicas acertadas

tifique ou explique a demissão. Isso acontece porque não existe um mandato para a diretoria do BC.

Estabelecer um mandato (de quatro anos, por exemplo) para o presidente e os diretores é importante para resguardar a autonomia técnica da autarquia. Assegurar que esta diretoria só possa ser demitida por proposta do presidente da República devidamente justificada também é relevante. Ou seja, o mandato fixo tem a grande vantagem de favorecer a continuidade administrativa dentro do período de sua duração. É uma proposta que conta com o apoio dos funcionários do Banco Central.

Neste ponto, é importante fazer uma distinção clara. O Ministério da Fazenda também defende o mandato fixo, mas não-coincidente com o do presidente da República. Palocci, aliás, conseguiu o apoio de alguns senadores do PMDB para forjar um modelo de autonomia que tem como base o

mandato fixo não-coincidente. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou recentemente um projeto nesse sentido (veja matéria na página 9).

O Sinal entende que o mandato não-coincidente vai aumentar ainda mais a distância entre o BC e a sociedade – os funcionários não querem a vinculação total da diretoria ao presidente da República, é verdade, – mas defende, por outro lado, que a diretoria deva ser nomeada pelo presidente no impulso político da vontade das urnas. Com o mandato não-coincidente, os presidentes da República não terão mais instrumentos de política econômica capazes de responder às demandas por emprego e desenvolvimento. Ficarão condicionados a implementar as políticas econômicas que os mercados financeiros desejam.

A autonomia que o Sinal propõe

Para o Sinal, o Banco Central só será autônomo, de fato, se abarcar o conjunto das contradições da sociedade. Hoje, estamos muito distantes disso. O Copom aumenta a taxa de juros, o país inteiro protesta, mas nada acontece. A razão é óbvia: o BC é um clube fechado, onde a sociedade praticamente não tem ingerência.

A autonomia defendida pela Fazenda não toca nesse ponto. É um modelo que atende ao mercado e não à sociedade. Já a proposta do Sinal segue direção totalmente oposta. O Sindicato jamais defendeu a independência do BC em relação aos poderes constituídos da

O projeto Suassuna-Palocci

Instituir a garantia legal de um mandato fixo para os dirigentes do BC é o pilar da proposta que o senador Ney Suassuna apresentou recentemente. Com essa simples medida, ele pretende estabelecer o que chama de “autonomia operacional do BC”.

A iniciativa é fruto de uma articulação clara entre a Fazenda e o PMDB. Como as resistências dentro do PT à autonomia são muito grandes, sobretudo na Câmara, Antônio Palocci concluiu que seria melhor recolocar o assunto em discussão pelas mãos de Suassuna, líder do PMDB no Senado. O parlamentar já havia sugerido um modelo de autonomia em 1994, dentro de um projeto que pretendia regulamentar todo o sistema financeiro. A matéria foi arquivada depois de ser relatada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que era – e continua a ser – contrário à autonomia do BC.

Agora, Suassuna concentrou-se na questão do mandato. Para tanto, apresentou uma PEC (proposta de emenda constitucional) e um projeto de lei complementar. Na PEC, ele cria a figura do mandato, mas a lei complementar é que institui o mandato fixo de quatro anos para toda a diretoria do BC.

Com muita maestria, o texto não menciona, explicitamente, que o mandato da diretoria não será coincidente com o do presidente da República. Mas se a lei for aprovada no primeiro semestre de 2006, por exemplo, o novo presidente do BC tomará posse antes que a sociedade eleja o novo ocupante do Palácio do Planalto.

Há outro elemento curioso no projeto de lei complementar do senador. Trata-se de uma regra de transição que prevê o critério de nomeação alternada para a primeira diretoria do BC sob vigência das novas regras. Se aprovado este dispositivo, dois diretores terão mandato de apenas **um ano**; dois ficarão no cargo por **dois anos**, outros dois, **três anos**, e os demais, assim como o presidente, quatro anos.

A idéia não é original. O projeto do PFL, apresentado pelo deputado Rodrigo Maia em 2003, usa o mesmo critério. Suassuna argumenta que a troca de toda a diretoria, de uma só vez, “poderia reduzir a chamada memória organizacional” do BC. Na prática, mais parece um arranjo



Com apoio da Fazenda, debate volta ao Senado pelas mãos do líder do PMDB

para não deixar o próximo presidente da República sem nenhum poder de intervenção no Banco Central.

Interesse do mercado

Para César Benjamin, editor da Contraponto e pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o mandato fixo não-coincidente faz parte do jogo de desvincular o BC do poder político da nação. Em artigo em que critica a proposta de autonomia, César é contundente: “É o Banco Central que estabelece as regras de operação do sistema financeiro, gerencia as dívidas interna e externa, cuida das reservas internacionais, fixa a taxa de juros, conduz a política de câmbio, entre outras atribuições. Tudo isso define quais serão as taxas de crescimento esperado da economia, o nível do emprego, o montante dos gastos públicos e o volume de crédito disponível para o setor produtivo real. Ou seja, o Banco Central executa o ‘núcleo duro’ da política econômica.”

Com o mandato fixo não-coincidente, o presidente da República fica de mãos atadas. Será, segundo Benjamin, a rendição definitiva aos interesses do mercado. Sem falar na sensação de impotência que pode tomar conta da sociedade. Afinal, para que serve um presidente da República que não tem poder para mexer na política econômica?

República – quer a autonomia do BC para que a instituição deixe de ser escrava de dois poderes. Em primeiro lugar, do poder político, que olha para si e não para a sociedade. Em segundo lugar, do poder hegemônico dos bancos, que hoje têm no Banco Central um poder de Estado a seu favor.

A partir dessas premissas, a grande pergunta é: como construir a autonomia do Banco Central em relação a esses dois poderes? O primeiro passo implica trazer a sociedade para discutir a essência das políticas do BC. Isso se daria através de uma completa reformulação do Conselho

Monetário Nacional.

O segundo passo consiste na consolidação da autonomia operacional. De fato. Esta não existirá apenas com a instituição do mandato fixo para a diretoria do BC, como prega o senador Ney Suassuna, pois está diretamente ligada à autonomia administrativa e financeira. Sem independência orçamentária, o controle social do BC não poderá ser exercido plenamente. Controlando – e contingenciando – os recursos, como acontece hoje, o Executivo sempre terá uma forma de colocar o cabresto no BC.

Em síntese, a autonomia do Banco Central tem duas frentes. A primeira assegura à instituição a capacidade de administrar-se a si mesma. A segunda garante à sociedade formas de intervenção democráticas na definição das políticas essenciais do BC. É um processo complexo, mas equilibrado. Evidentemente, esse novo Banco Central não será a solução milagrosa para as dificuldades do Brasil. Nem será, por si só, o agente do desenvolvimento. Mas, agindo com mais autonomia e refletindo as contradições da sociedade, será, sim, o Banco Central de todos os brasileiros.

CMN mais representativo, uma luta antiga

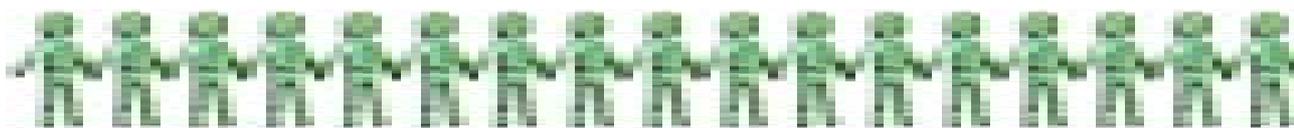
Desde 1994, o Conselho Monetário Nacional tem apenas três integrantes: os ministros da Fazenda e do Planejamento e o presidente do Banco Central. Apesar de presidido pelo ministro da Fazenda, a influência da autoridade monetária sobre o Conselho é muito grande. E como o BC é dependente do sistema financeiro, as decisões mais gerais do CMN acabam refletindo sua parcialidade.

A proposta do Sinal é uma ruptura desse modelo. A entidade vem lutando, desde a promulgação da Constituição de 1988, para que o CMN conte também com representantes da sociedade civil organizada. No Congresso Nacional, a idéia é vista com simpatia, embora permaneça completamente descolada das discussões sobre a autonomia.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) é um dos maiores entusiastas da democratização do CMN. Entre os adversários da mudança estão aqueles que privilegiam uma composição mais técnica. “Não quero ver o Conselho Nacional transformado em uma grande assembléia petista, como pretende o senador Suplicy”, critica seu colega Arthur Vígilio (PSDB-AM).

Suplicy retruca que nunca pretendeu que o CMN vire uma assembléia. Ele defende a participação de pelo menos um representante de peso dos trabalhadores e outro do setor social. Além do ingresso dos ministros do Trabalho e do Desenvolvimento Social. Para o senador, o fundamental não é tanto o número de integrantes do Conselho Monetário Nacional. O que fará a diferença é ver um CMN sintonizado com metas de crescimento, de emprego, e metas para a erradicação da pobreza.

Esta também foi a posição aprovada no último congresso dos funcionários do Banco Central. Evidentemente, a categoria sabe que este Conselho Monetário ampliado não deve, em hipótese alguma, tolher as ações do presidente da República. Nem se sobrepor à prerrogativa do Congresso Nacional de fiscalizar e orientar as políticas públicas aplicadas pelo Executivo. O Conselho continuaria sendo o que é hoje: o formulador das normas do sistema financeiro. Mas daria voz às demandas da sociedade.



20ª AND diz não à reforma sindical do governo Lula

Os funcionários do Banco Central não querem a reforma sindical de Lula. Por unanimidade, a 20ª Assembleia Nacional Deliberativa entendeu que a proposta do governo fere os princípios de liberdade, autonomia e independência do movimento sindical, consagrados na Constituição de 1988.

A AND também criticou severamente a maneira como a reforma foi elaborada pelo governo. Para os delegados, não houve debate com os trabalhadores para formulação da proposta. Foram ouvidos apenas representantes de uma minoria.

A exclusão de entidades sindicais com representatividade e reconhecimento necessários não permitiu a elaboração de uma proposta comprometida com os interesses dos trabalhadores. O Sinal, por exemplo, jamais foi chamado para dar sua contribuição ao debate. Até mesmo a simples participação da entidade como ouvinte nas discussões recebeu o veto da direção do FNT (Fórum Nacional do Trabalho), a instância tripartite formada por governo, empresários e centrais.

Isso mostra, segundo a AND, que a reforma sindical, desde o seu nas-



cedouro, nunca favoreceu a democracia e o livre debate de idéias. O modelo definido pelo FNT, que concentra o poder nas centrais sindicais, é mais uma consequência da estrutura autoritária que o governo quer ver legitimada no Congresso. Afinal, se aprovada a reforma sindical do jeito que foi escrita, as centrais vão poder criar sindicatos sem nenhuma representatividade em qualquer lugar do país.

A AND não aceita uma reforma sindical que pretenda enfraquecer o poder das bases. O Sinal, fiel às determinações da Assembleia, está trabalhando dentro do Congresso contra a proposta. Os diretores do sindi-

cato estão acompanhando o trabalho da Comissão de Trabalho da Câmara, que vem debatendo o projeto do governo. No dia 16 de março, por exemplo, mais de 200 trabalhadores encheram o Plenário 2 daquela Casa. O ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, pretendia expor aos deputados o quanto os trabalhadores iriam ganhar com a reforma sindical. Bem, ele pretendia falar. Foi vaiado o tempo inteiro, até que a Comissão fechou um acordo para que sete sindicalistas pudessem expor suas idéias e questionar o ministro.

Com este espírito de luta, a reforma sindical dificilmente será aprovada na forma proposta pelo governo. 

A dívida argentina vai bem, obrigado

A reestruturação da dívida argentina é um ato normal de soberania nacional e de valor republicano. As tentativas de dramatizar tais ações são artificios dos interesses econômicos associados ao capital financeiro internacional. O povo argentino está totalmente alinhado com seu governo nesta política, e isso a torna válida e tranqüila.

Quantas ameaças! Mas desde 1933 se estabeleceram os acordos internacionais que proibiram as invasões militares para cobrar dívidas, como o tinham praticado livremente os Estados Unidos, principalmente contra os países da América Central. Tudo é uma questão de correlação de forças. Nenhum país poderia invadir todos os países que entraram em *default* durante a crise iniciada em 1929. Era necessário buscar outros mecanismos.

O mesmo podemos dizer das crises da década de 90, das quais o caso argentino representou uma culminação. Nos casos anteriores do México (1994) e do Brasil (1999), em vez de invadi-los, o Tesouro dos Estados Unidos, junto com o FMI e todo o aparato financeiro internacional, lhes abriu enormes linhas de crédito, amplos fundos mais ou menos respaldados por produtos, como no caso do petróleo mexicano, ou por nada, como no caso do Brasil. Em 1998, a Rússia apelou para o *default* simplesmente unilateral.

Algo parecido havia acontecido na segunda metade dos anos 80, quando quase todos os países devedores suspenderam os envios maciços de pagamentos de juros para os bancos dos países centrais por dívidas que ninguém era capaz de demonstrar sua existência. Fizeram-se as negociações apoiadas no plano Brady e pôde-se retomar o fluxo de capitais no início dos anos 90. Durante estas negociações, se aceitou negociar o que se dizia inegociável: o caráter político da dívida, com a aceitação,



inclusive, de descontos em seu montante global.

Apesar de todos esses exemplos recentes, certos "especialistas" continuam a usar as ameaças de "uma catástrofe mundial" em cada crise financeira, sempre com o objetivo de exigir a aceitação de pactos de submissão aos interesses dos capitais financeiros internacionais. É verdade que aos argentinos não se abriram os "generosos" créditos que se abriram ao Brasil dois anos antes.

Mas qualquer um terá que admitir que o tesouro norte-americano não poderia continuar exposto a estas imposições extremamente caras para os contribuintes norte-americanos, conseguidas sem apoio parlamentar, por presidentes a serviço dos capitais financeiros. A reação contra tais "generosidades" tinha sido muito forte nos Estados Unidos depois da "ajuda" ao Brasil, e proibiram no Congresso tais liberações de recursos do Tesouro. Ao mesmo tempo, o FMI não dispunha de recursos para promover tais facilidades. A Argentina chegou depois e teve que se virar sozinha.

Ao não dispor de qualquer ajuda, o conflito que se estabeleceu foi conseqüência da rápida recuperação do comércio exterior argentino depois da desvalorização do peso. Afastada a loucura da convertibilidade do peso, produziu-se imediatamente um superávit comercial bastante razoável. A briga aconteceu porque o FMI queria que o governo argentino destinasse todo esse superávit para pagar as “dívidas” com este organismo internacional. Era uma questão de sobrevivência para o governo, principalmente se for levada em consideração a gravidade da crise política argentina, não aceitar tais imposições totalmente absurdas.

As coisas seguiram seu ritmo natural. O governo Néstor Kirchner é o produto de um vasto movimento social que exigia uma atitude mais dura com o capital internacional. Não somente exigia a não-submissão ao FMI, como também uma auditoria da dívida para questionar seu montante. Kirchner simplesmente foi fiel a seu programa. Dizem que é má política ser fiel aos programas partidários. A política seria a arte do possível, isto é, de enganar os eleitores. Mas o possível é estabelecido por quem? O fato é que a disposição de defender os interesses do Estado frente às condições absurdas em que se estabeleceram as dívidas (com uma utópica igualdade do peso com o dólar) não é nenhum absurdo nem nenhuma impossibilidade. Vários governos o fizeram na América Latina e em outras regiões do mundo, e não aconteceu nada. Claro que muitos foram preteridos, mas os interesses da maioria foram preservados.

Isso foi o que aconteceu com a emissão de novos títulos em substituição aos títulos respaldados numa moeda conversível que não existe mais. Com o desconto da diferença do valor atual do peso, emitiram-se novos títulos que se substituem pelos anteriores. Que isto implica “perda” de cerca de 50% ou mais sobre os

“O governo Kirchner é o produto de um vasto movimento social que exigia uma atitude mais dura com o capital internacional. Não somente a não-submissão ao FMI, como também uma auditoria da dívida para questionar seu montante.”

valores originais não representa algo muito acima dos riscos que se contabiliza em operações financeiras. Esta emissão garante ao governo argentino uma credibilidade que nunca devia ter tido a emissão de títulos em pesos iguais a dólares. A adesão de cerca de 95% dos argentinos indica isso claramente.

Também foi muito alta a adesão no exterior, apesar da prepotência de muitos financistas locais, contabilizando-se uma adesão ao plano de 75% dos credores.

É verdade que o ajuste atual se restringiu às dívidas particulares. Falta agora ver até que ponto o governo argentino terá a força de estabelecer bases similares para as dívidas com instituições financeiras internacionais, como o FMI. É necessário, entretanto, reconhecer o valor da liderança política argentina atual, independentemente de orientações ideológicas mais profundas. Ela seguiu seus valores republicanos e de soberania nacional. Mais nada. E para isso conta com o apoio da mais ampla maioria dos cidadãos argentinos. 

(*) Professor titular da Universidade Federal Fluminense e diretor da Cátedra e Rede UNESCO – Universidade das Nações Unidas sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável

Metas de inflação: um tiro no pé

PAULO VASCONCELLOS

O regime de metas de inflação é unanimidade apenas para a equipe econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Adotado pela primeira vez na Nova Zelândia, há dez anos, o sistema não passou sequer pelo crivo do Fundo Monetário Internacional. Ao examinar a experiência de sete países desenvolvidos que aderiram ao sistema, no início dos anos 90, um estudo do FMI, citado em artigo do economista Paulo Nogueira Batista Júnior, aponta para a evidência de que não houve melhora significativa no desempenho das economias em termos de inflação, produção ou taxas de juros.

Não é diferente no caso brasileiro. Nos seis anos de vigência do regime, as metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional foram cumpridas com sucesso apenas em 1999 e 2000. E assim mesmo ao custo de um crescimento econômico incompatível com patamares mínimos de desenvolvimento para um país que, de acordo com a projeção de alguns analistas econômicos, necessita crescer sete pontos percentuais, durante dez anos, para recuperar as duas últimas décadas perdidas.

As nuvens que ameaçam sombrear o cenário internacional e o fim do acordo com o FMI não foram suficientes para pôr o sistema em xeque,

mas serviram para acirrar ainda mais o debate, que tanto mobiliza economistas dos mais variados matizes ideológicos, em torno de alternativas ao regime de metas.

A primeira passa por uma decisão política: conter os efeitos perversos da política implantada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que resultou em crescimentos econômicos médios de 2,5% ao ano na última década, com reflexos no aumento das taxas de desemprego, na redução da renda dos assalariados e na contração da cadeia produtiva. O alento gerado pelo aumento de 5,2% no Produto Interno Bruto em 2004, na comparação com 2003, chegando a R\$ 1,8 trilhão, serviu apenas

ECONOMISTAS PRESCREVEM RECEITAS ALTERNATIVAS PARA LIVRAR O PAÍS DAS AMARRAS DO REGIME QUE PASSOU A DITAR A POLÍTICA ECONÔMICA DE LULA

para dar um fôlego ao país e reconduzi-lo à 12ª economia do mundo, posição a que foi rebaixado em 2000 depois de estar em oitavo lugar em 1998.

“A despeito da melhora substancial dos indicadores externos e fiscais em 2003 e, principalmente, em 2004, a economia brasileira está longe de superar seus problemas de vulnerabilidade externa e fragilidade fiscal”, adverte o economista Fernando Ferrari Filho, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). “O governo deveria buscar uma política de estabilidade monetária mais ampla, e não apenas usar os juros para combater qualquer tipo de inflação”, apregoa João Sicsú, do Insti-

tuto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

“O vilão não é o regime de metas de inflação, mas a incoerência dos três elementos: política de juros elevados, taxa de câmbio flutuante e liquidez internacional em abundância”, reforça Luiz Gonzaga Belluzo, professor de economia da Unicamp e secretário Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda no governo José Sarney. Exemplo: o superávit primário do ano passado atingiu alardeados R\$ 86,5 bilhões, mas o país gastou alarmantes R\$ 120 bilhões só com o pagamento dos juros da dívida. “O regime de metas cumpriu seu papel durante a crise internacional de 1999, mas era pre-

ferível que parasse ali, antes de ganhar importância excessiva a ponto de hoje ditar a política econômica e não ser apenas um instrumento dela”, endossa Júlio Sérgio de Almeida, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Metas da inflação X metas de crescimento

O problema do regime de metas não é apenas, como se supõe, a rigidez com que vem sendo perseguido. Fosse isso, parte da solução estaria a caminho com a inclinação do Banco Central de aplicar o mecanismo pelo menos num prazo mais flexível, já que a mudança de patamar dependeria de um choque de realis-



“O vilão não é o regime de metas de inflação, mas a incoerência dos três elementos: política de juros elevados, taxa de câmbio flutuante e liquidez internacional em abundância.”

LUIZ GONZAGA BELLUZO (UNICAMP)

mo no Conselho Monetário Nacional. A questão está na essência do sistema: a incompatibilidade com o objetivo de crescimento econômico e geração de empregos. Os outros dois pilares do modelo econômico – os superávits primários fiscais elevados e a liberalização financeira internacional – carregariam o mesmo pecado original.

Até os defensores do mecanismo, que não têm dúvidas de que a fórmula de um superávit fiscal primário equivalente a 4,25% do PIB, conjugado a um corte de liquidez promovido por juros reais superiores a 10% ao ano, traria o IPCA para a meta estabelecida, se defrontam com um dilema quase existencial

O poder de fogo do Copom

O Copom (Comitê de Política Monetária) é o astro da política econômica pelo menos duas vezes por mês. Já na véspera, o mercado se agita, as especulações entram em ebulição, a bolsa oscila entre o pessimismo exagerado e o otimismo desbragado, parte do país entra em compasso de espera. A expectativa é tão grande que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a formular uma figura de retórica bem-humorada ao comparar a aflição em torno da elevação da Taxa Selic à tensão pré-menstrual (TPM). “Quando o Copom se reúne, tem gente que sofre de TPC (tensão pré-Copom)”, disse o presidente.

O Comitê de Política Monetária foi criado em 20 de junho de 1996, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e

definir a taxa de juros. Com a adoção do regime de metas para a inflação, em junho de 1999, as decisões do Copom passaram a ter como prioridade o cumprimento das metas inflacionárias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Não há nada mais polêmico na política econômica desde a posse de Lula, que gerou esperanças de mudança.

Entre as heranças que Lula recebeu do governo Fernando Henrique Cardoso, estava a taxa básica de juros (Selic), em patamares acima de 20 pontos percentuais ao ano. Em 2003, ela praticamente se manteve inalterada. Sofreu uma queda gradual encarada como sinal de que o país podia encontrar a vereda do crescimento sustentável. Ao menor indício de aquecimento do consumo, porém, voltou-se tudo ao que era. Há oito meses consecutivos, os

para os economistas: o de que há desinflações boas e más. Em 1998, último ano do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, a inflação recuou, mas o PIB não avançou. No ano seguinte, com inflação, o país cresceu.

Achar que inflação é sinal de crescimento é um equívoco do tamanho da crença de que desinflação é sinônimo de estagnação. “O bom crescimento é como o sexo das minhocas.

Difícil de identificar, mesmo examinando o bicho com toda a atenção”, escreveu o economista Paulo Rabello de Castro, da RC Consultores, em artigo na Folha de S. Paulo, publicado em maio do ano passado. “Por isso, no Brasil dos últimos anos, os economistas oficiais tomaram uma medida de total senso comum: não se fala mais em crescimento, não se programa mais crescimento. Compromisso com meta de crescimento,

juros básicos da economia brasileira só conhecem o caminho ascendente. Não voltaram ao patamar deixado pelo governo anterior, mas estão no caminho.

Por isso, as reuniões mensais do Copom, sempre às terças e quartas-feiras, se tornaram foco de atenção para muitos e de apreensão para outros tantos. O primeiro dia é dedicado à apresentação da conjuntura doméstica – o que inclui inflação, nível da atividade econômica, evolução dos agregados monetários, finanças públicas, balanço de pagamentos, economia internacional, mercado de câmbio, reservas internacionais, mercado monetário, operações de mercado aberto, avaliação prospectiva das tendências da inflação.

No segundo, são apresentadas alternativas para a taxa de juros de curto prazo e recomendações referen-

tes à política monetária. Há espaço para propostas alternativas, mas as votações quase sempre acabam com a prevalência de medidas cautelosas, para não dizer conservadoras. Em mais de uma vez, o Copom optou por taxas de juros acima do que o próprio mercado financeiro estimava.

Depois é a vez da ata com as justificativas. O documento ganhou a importância de profecia e se tornou leitura obrigatória para economistas, operadores de mercado e jornalistas. Até o cidadão comum se encheu de curiosidade pelas decisões do Copom. A compra de um eletrodoméstico no crediário ou a troca do carro com financiamento tornou-se um dilema diante dos mistérios que cercam os encontros mensais do Comitê de Política Econômica. Poucos sabem

quem integra a seleta equipe de diretores do BC encarregada de decisões que afetam o dia-a-dia dos brasileiros. São eles:

- Henrique Meirelles (presidente do BC)
- Antonio Gustavo Matos do Vale (diretor de Liquidação e Desestatização do BC)
- Afonso Sant'Anna Beviláqua (diretor de Política Econômica do BC)
- Eduardo Loyo (diretor de Estudos Especiais do BC)
- Rodrigo Telles da Rocha Azevedo (diretor de Política Monetária do BC)
- Alexandre Schwartzman (diretor de Assuntos Internacionais do BC)
- Paulo Sérgio Cavalheiro (diretor de Fiscalização do BC)
- Sérgio Darcy da Silva Alves (diretor de Organização e Normas do BC)
- João Antonio Fleury Teixeira (diretor de Administração do BC)

nem pensar. Preferível concentrar toda a atenção no sexo da inflação, ou melhor, no gênero da desinflação.”

“Todos se lembram das críticas dos maiores economistas à política monetária do Fed, o Banco Central americano, quando Alan Greenspan decidiu continuar resistindo ao aumento da taxa de juros até o desemprego atingir o nível de 4% em 2000, com a inflação sem aceleração. Se acreditasse na maioria dos

economistas, o Fed teria jogado fora alguns preciosos pontinhos do PIB”, defende o deputado e ex-ministro Antonio Delfim Netto. “O mesmo acontece no Brasil quando acreditamos que o produto potencial é de 3,5% e que, acima disso, teremos uma aceleração de inflação.”

Decálogo para um projeto nacional

Com o câmbio sobrevalorizado

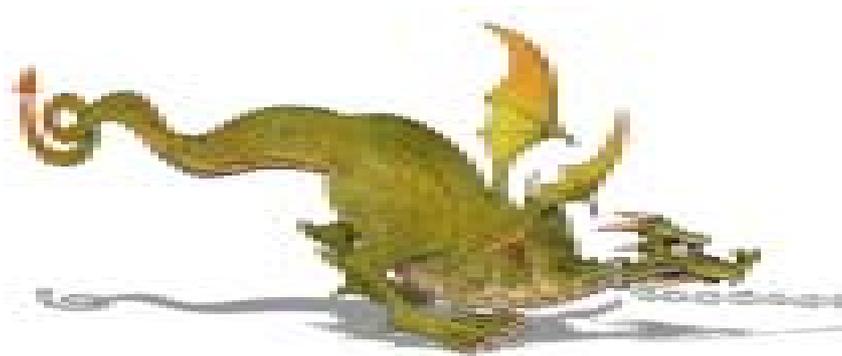
e a possibilidade de desaceleração do comércio internacional este ano, o risco que corre o Brasil é o de nadar e morrer na praia. A saída seria buscar, ainda que tarde, novos caminhos para livrar o país das amarras do regime de metas. O documento “E nada mudou”, Manifesto dos Economistas do Corecon-RJ, de 22 de novembro de 2004, assinado por 333 economistas e intelectuais do porte de Carlos Eduar-

do Carvalho, Dércio Garcia Munhoz, Emir Sader, Fábio Konder Comparato e Leonardo Boff, traça um diagnóstico dos bons resultados aparentes da economia brasileira e dos riscos que ainda a afligem para, ao final, propor um modelo alternativo sob o enfoque do desenvolvimento nacional, da redução do risco externo e da promoção do emprego.

“É nossa convicção que, a despeito do aprofundamento da crise social, não há sinais de reversão da atual política econômica. Ao contrário, o governo tem reafirmado que não quer mudar. Portanto, é nosso dever de cidadania insistir na denúncia de que esta política econômica não atende aos interesses da maioria e que aumentará cada vez mais os problemas sociais”, explicita um trecho do documento. “A suposta estabilização macroeconômica, apoiada em políticas monetária e fiscal restritivas, ocorre em detrimento da estabilidade social.”

Os eixos estruturais da retomada de um projeto nacional de desenvolvimento, defendem os signatários do manifesto, são a redução da vulnerabilidade externa e a promoção do pleno emprego a partir de dez medidas que precisariam ser adotadas imediatamente:

- 1 Redução drástica da atual taxa de juros básica.
- 2 Desvinculação da taxa de desconto (que remunera os empréstimos do Banco Central aos bancos) da taxa Selic, liberando o BC para a



“Um regime de metas mais realista excluiria do cálculo do IPCA os preços indexados, que devem contribuir este ano com 2,1 pontos percentuais dentro do patamar fixado de 5,1 pontos percentuais.”

JÚLIO SÉRGIO DE ALMEIDA (IEDI)

utilização ativa das taxas de desconto, depósitos compulsórios e cobrança de IOF como formas de regulação seletiva do crédito.

3 Criação de mecanismos de controle no fluxo de entrada e saída de capitais externos do país.

4 Interrupção da captação de recursos externos pelo setor público e recomposição de forma contínua das reservas internacionais do país.

5 Promoção da redução do “spread” e dos custos dos serviços dos bancos privados.

6 Realização de uma reforma fiscal que priorize os investimentos na economia interna e nos programas sociais e inclua um sistema progressivo de tributação capaz de acelerar a distribuição da renda.

7 Realização de uma auditoria da dívida externa.

8 Administração da política cambial favorável às exportações e à substituição das importações.

9 Reversão do processo de desnacio-

nalização dos setores de produtos não comercializáveis internacionalmente.

10 Utilização dos recursos esterilizados no superávit primário em programas públicos voltados para os serviços básicos, como educação, saúde e habitação popular e para investimentos de infra-estrutura e reforma agrária.

Experiências que deram certo

A receita do crescimento sustentável e da estabilização dos preços com inclusão social varia, quase sempre, apenas no tempero. Nem a proposta de algum tipo de controle do fluxo de capitais chega a ser exclusiva de economistas da oposição ou que militam no lado esquerdo do espectro político. A medida já chegou a ser defendida por Afonso Celso Pastore, presidente do Banco Central de 1983 a 1985.

“Qualquer providência agora talvez seja como pôr a tranca na porta

depois da casa arrombada, mas uma das medidas seria estabelecer o controle do fluxo de capitais e acumular reservas internacionais. Essa foi mais ou menos a receita seguida pela China e pela Índia”, aponta Leda Paulani, professora de economia da USP e presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política, ao citar os dois países que têm crescido a taxas de mais de dez pontos percentuais ao ano.

“O Banco Central poderia comprar dólares suficientes no mercado para aumentar o volume de reservas e colocar o câmbio em rota suave de desvalorização”, sugere João Sicsú. “Com um ajuste gradual, o impacto nos índices de inflação seria distribuído ao longo do tempo.” A Coréia do Sul, por exemplo, acumulou US\$ 200 bilhões de reservas – mais de cinco vezes o lastro brasileiro – com uma política de blindagem agressiva a choques externos aliada a câmbio desvalorizado e juros baixos. “A dificuldade brasileira, hoje, seria rearrumar o câmbio sem dor”, avisa Belluzzo. “Com regime de metas inflacionárias, qualquer elevação de câmbio implica aumento de juros.”

Menos doloroso, talvez, seria conduzir a meta inflacionária com base em um índice que exclua os preços administrados, como é feito na República Checa.

A inflação brasileira é basicamente cambial e de preços administrados, indexados de acordo com regras contratuais fixadas no proces-

so de privatização dos setores de energia elétrica, telefonia e pedágio nas estradas. Os cálculos são do Banco Central: o aumento dos preços administrados ou monitorados explica 1,7% da inflação de 7,7% de 2001, responde por 1,85% da inflação de 12,5% de 2002, repete o índice de 1,7 ponto percentual da inflação de 9,3% de 2003. Já a variação cambial, ainda de acordo com os dados do BC, responde por 2,9% da inflação de 2001 e explica 5,85% da inflação de 2002. Somados, os dois respondem por mais da metade das taxas inflacionárias dos últimos quatro anos em que o regime de metas inflacionárias não deu certo.

“Bastaria iniciar já um processo de renegociação, feito com o acordo de ambas as partes, o que não caracterizaria quebra de contratos, para conter o aumento dos preços indexados”, propõe João Sicsú. “Um regime de metas mais realista excluiria do cálculo do IPCA os preços indexados, que devem contribuir este ano com 2,1 pontos percentuais dentro do patamar fixado de 5,1 pontos percentuais”, ameniza Júlio Sérgio de Almeida.

O pacote embrulhado não peca por falta de conteúdo. Defende-se desde a implementação de políticas tributária e financeira que estimulem as exportações, com a desoneração e a abertura de linhas de crédito, até a administração da taxa de câmbio, de tal forma que não apenas as ações es-

peculativas sejam coibidas, mas também a taxa real de câmbio mantenha-se relativamente estável ao longo do tempo.

Há propostas também para que se estabeleça uma revisão da política comercial baseada nos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC), que prevêem tratamento especial para os países em desenvolvimento no sentido de se adotarem tarifas seletivas que privilegiem as importações de bens de capital e penalizem as importações de bens de consumo. Por fim, restaria a articulação, por parte do governo e do setor privado, de uma política industrial que garantisse a inserção da economia brasileira no cenário internacional de forma a absorver as revoluções tecnológica e estrutural necessárias para tornar os produtos brasileiros mais competitivos no mercado mundial, além de medidas de atração do capital externo para investimentos no setor produtivo.

Nada que não esteja nos manuais econômicos e que já não tenha sido aplicado em outros países com mais ou menos sucesso. A insistência brasileira pelo regime de metas inflacionárias pode até ter componentes psicológicos que remontam aos anos de hiperinflação. Num e noutro caso, porém, a melhor política econômica talvez fosse aquela que levasse em conta que quem paga a conta do dinheiro pulverizado ou do emprego perdido são sempre os mesmos. 

“Precisamos criar um grande mercado de bens de consumo de massa na América do Sul”

Mesmo os críticos mais contumazes do governo Lula não deixam de reconhecer que, passados dois anos e meio, o Brasil conquistou um papel de destaque no cenário internacional, fruto de uma política externa ativa, que prioriza a integração da América do Sul e a cooperação com os países do Terceiro Mundo. Integrante da equipe responsável pela condução dessa política, o assessor especial da Presidência, Marco Aurélio Garcia, recebeu em seu gabinete a **Por Sinal** e, durante duas horas, conversou com os jornalistas Flavia Cavalcanti e Jefferson Guedes e o diretor do Sinal, Alexandre Wehby, sobre os enormes desafios que o governo tem pela frente para viabilizar a integração do Continente.

■ A integração regional da América do Sul é uma das prioridades da política externa do governo Lula. O que significa, de fato, essa prioridade?

O projeto de integração é, de certa forma, um prolongamento do projeto nacional de desenvolvimento do país. O que se poderia anunciar agora é que nós pensamos o desenvolvimento do país estreitamente ligado ao desenvolvimento da região. Levando-se em conta o mundo difícil no qual vivemos – assimétrico, desigual do ponto de vista econômico e social –, é fundamental darmos prioridade à América do Sul. Ela é estratégica do ponto de vista da integração. É claro que temos uma política de cooperação com a África, que queremos manter uma boa relação com o Norte, etc., mas, para ganhar

densidade e efetivamente impulsionar esse projeto regional, consideramos que a América do Sul é o espaço estratégico. Se nós entendermos a América do Sul como um todo, do ponto de vista econômico e do ponto de vista ambiental, passamos a enxergá-la da Amazônia à Antártica. Imaginem a importância disso! É claro que temos graves problemas sociais, mas não vemos hoje mais conflitos de fronteira como em outras partes do mundo, inclusive no Primeiro Mundo.

A América do Sul é uma região com potencial econômico e energético enorme, uma biodiversidade extraordinária, uma população de mais de 300 milhões de habitantes, um PIB que supera um trilhão de dólares! É, sem dúvida nenhuma, uma região muito importante.



■ **Mas como integrar países com níveis de desenvolvimento econômico e social tão distintos?**

A integração segue ritmos diferentes. Temos o Mercosul, com os quatro países-membros – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – que, quando começamos o governo, enfrentavam sérios problemas sociais, e temos também os países associados. Uma outra zona de integração é a Comunidade Andina. E o Chile, que estabeleceu tratados de livre comércio com os Estados Unidos, União Europeia e países asiáticos. Em função dessas três realidades, vamos ter um processo de integração em que não será factível fazer uma união aduaneira perfeita em toda a região, pelo menos no curto e médio prazos. Ela terá ritmos diferentes. Mas

podemos avançar muito na integração econômica, política, social, de ciência e tecnologia, e educacional. Há um campo muito grande para isso. E é interessante que países que, por alguma razão, não estão vinculados à dinâmica comercial do Mercosul – como o Chile, por exemplo, que tem uma dinâmica mais aberta – querem participar, de forma permanente, nas instituições que o Mercosul criou ou venha a criar: Tribunal de Apelação, Parlamento, etc.

■ **Os conflitos com a Argentina, por exemplo, que merecem tanto destaque da mídia, não podem dificultar o andamento do Mercosul?**

São conflitos normais, que acontecem em qualquer

processo de integração. Como se a Comunidade Europeia não tivesse se constituído também em meio a conflitos! Pois bem, a despeito de todo o ceticismo que ainda existe, o que vemos hoje é que o Mercosul ganhou uma capacidade de atração enorme: sobre o Peru, a Colômbia, a Venezuela, o Equador, o Panamá. Ontem, ainda, recebi uma delegação da República Dominicana, dizendo-se interessada em associar seu país ao Mercosul. Antes mesmo de o presidente Lula assumir, quando estive na Argentina, ele fez um pronunciamento muito claro sobre como entendia o Mercosul.

Para isso, temos de enfrentar os problemas das assimetrias comerciais entre os países da região, e que estão aí. Alguns cresceram mais, outros cresceram menos. Precisamos dar tempo e ver como vamos compensar e reduzir essas assimetrias. Nossa opção é fazer com que o Mercosul seja um espaço de integração econômica, sem que isso se faça de forma impositiva. A economia brasileira, como é a mais exuberante, não pode acabar afogando as outras.

■ Como garantir essa cooperação?

Agora, em Montevidéu, após a posse de Tabaré Vázquez, deu-se um evento de grande significação simbólica. A Ambev, há cerca de um ano e meio, comprou cervejeiras do Uruguai e, evidentemente, como acontece nessas situações que envolvem o sistema produtivo, decidiu fechar uma fábrica em Paysandú. Tomamos conhecimento disso e ponderamos à Ambev que essa decisão passaria uma imagem do Mercosul contrária à forma como entendemos a integração. Esta, ao invés de beneficiar os países, estaria prejudicando-os. Tivemos um bom diálogo, eles estudaram o problema de ter cem pessoas desempregadas, e no final resolveram transformar a fábrica numa maltaria, crian-



“Hoje temos a clara compreensão de qual o modelo de Mercosul que nós precisamos. Não é o Mercosul que fecha a fábrica. Pelo contrário, é o Mercosul que expande e estabelece cadeias produtivas.”

do 400 empregos diretos e 600 indiretos. Não por acaso, no segundo dia do governo Tabaré, ele e Lula foram inaugurar a fábrica. E nos dois pronunciamentos, havia a clara compreensão de que este é o modelo de Mercosul que nós precisamos. Não é o Mercosul que fecha a fábrica. Pelo contrário, é o Mercosul que expande e estabelece cadeias produtivas.

■ Uma economia solidária entre os países, não é isso?

Sim, mas sobretudo as conexões de cadeias produtivas. Se amanhã ou depois vamos produzir um carro, uma parte poderá ser feita no Uruguai, outra parte no Brasil. Ou se os argentinos estiverem produzindo aviões, navios, sei lá, que nós estejamos também vinculados a essa cadeia.

■ A vitória de governos progressistas na América do Sul pode fortalecer essa visão de integração?

Evidente. É de fundamental importância que os governos estejam convencidos de que a integração nos dá mais musculatura para enfrentar os enormes desafios que temos. Não estamos querendo fechar o Brasil, tampouco queremos uma solução autárquica para a região. Agora, é claro que quem tem uma região com essas características, com esse potencial de riqueza,

com esse potencial humano, quantitativo e qualitativo, apesar dos seus problemas sociais, possui condições melhores de barganha.

O Brasil, a Argentina e o Uruguai juntos, por exemplo, são uma potência agrícola mundial fundamental. E, hoje em dia, ser uma potência agrícola mundial é algo decisivo. Há países importantíssimos, com taxas espetaculares de desenvolvimento, que são tão dependentes dos nossos produtos agrícolas quanto são do petróleo. E com a particularidade de que temos uma pauta de exportação equilibradíssima, metade produtos agrícolas e minerais, metade produtos beneficiados. É importante lembrar também o seguinte: mesmo esses produtos agrícolas não têm a mesma significação que tinham no passado, a de produtos primários. Por quê? Porque, hoje, um país que não tiver alta pesquisa tecnológica em agricultura, gerenciamento moderno e de produção não é capaz de ser competitivo e se impor no mercado internacional. No âmbito do Mercosul houve essa preocupação. Mas nós também defendemos o Mercosul social e político. Estamos lutando para reforçar as instâncias de coordenação, na direção do Parlamento do Mercosul, eleito pelo voto direto.

■ E a unificação da moeda, pensa-se em alguma coisa nesse sentido?

Mais adiante vamos ter de ver a moeda. A moeda é um assunto mais complicado porque supõe, no primeiro momento, a coordenação macroeconômica dos países. E vocês sabem que coordenação macroeconômica se faz tendo em vista as enormes defasagens existentes entre países. Comparem a situação do Brasil, do Uruguai, do Paraguai e da Argentina, do ponto de vista macroeconômico, e vejam o rolo no qual estamos metidos. Evidentemente, a longo prazo, a idéia de uma moeda comum é fundamental, mas se houver efetiva integração econômica.

■ Então, quais seriam as prioridades agora?

Eu diria que há um aspecto essencial, aparentemente no âmbito econômico, mas que tem uma fun-

ção muito maior que a econômica: o problema da infraestrutura. Sem uma infra-estrutura desenvolvida, sem rios navegáveis que nos permitam transitar com desenvoltura pelo continente e, o que é mais grave, sem linhas e comunicação aéreas, fica difícil a integração. O governador do Acre, por exemplo, foi a uma reunião no Peru e teve de viajar 4 mil quilômetros até São Paulo e 5 mil quilômetros até Lima. E olha que ele está a mil quilômetros de Lima! Quando houve a reunião do Mercosul no Paraguai, ano passado, o presidente de uma empresa em Caracas foi a Miami, de Miami a São Paulo, e de São Paulo a Assunção. Está dito tudo. Lula gosta de brincar dizendo que se uma pessoa tem de ir a Miami para fazer um negócio em Caracas, é melhor que o faça em Miami mesmo. A infra-estrutura é fundamental também para a nossa melhor inserção internacional. Hoje em dia, os nossos produtos perdem valor logo que saem da fábrica, ou de uma fazenda, em função das más estradas, dos portos deficientes, etc. Se tivermos uma boa infra-estrutura, vamos ter uma competitividade maior. Os produtos brasileiros vão poder circular pelo Pacífico com muita facilidade, da mesma forma os equatorianos e os peruanos, pelo Atlântico.

Há um outro aspecto também muito importante. Investir em infra-estrutura é produzir uma interiorização do desenvolvimento. Algumas regiões que hoje são irrelevantes do ponto de vista econômico, passam a ser relevantes com novos canais de escoamento. Nós temos regiões do Brasil onde se podem viabilizar 2 milhões de hectares para agricultura justamente com a abertura de novas estradas, tudo dentro do marco da preservação ambiental. Do mesmo modo que defendíamos a idéia da criação de um grande mercado de bens de consumo de massa no Brasil, com muito mais razão precisamos de um grande mercado de bens de consumo de massa regional. Mas é evidente que construir essa infra-estrutura vai demandar grandes investimentos.

■ O Brasil já está investindo em vários projetos de infra-estrutura na região. Há quem reclame que o

governo brasileiro deveria estar investindo mais aqui dentro.

O Proex (Programa de Financiamento às Exportações, do Banco do Brasil) tem nos permitido investir em uma série de obras de infra-estrutura que, evidentemente, beneficiam o Brasil, porque são exportações de serviços. Nós estamos construindo estradas no Peru, na Bolívia, no Paraguai; hidrelétricas e pontes na Venezuela; o metrô de Caracas. E aí fica o governador de São Paulo cobrando por que não se investe aqui no Brasil. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. O que estamos fazendo lá fora é exportação de serviços, parte importante do comércio exterior brasileiro, e que beneficia esses países e o Brasil. Tudo isso tem exigido do governo brasileiro sofisticados mecanismos de financiamento, porque cada caso é um caso. Engenharias de financiamento as mais diversas estão sendo construídas para custear esses projetos. Por exemplo, nós reabilitamos os Convênios de Créditos Recíprocos (CCR), suspensos no governo Fernando Henrique. Ele permite instaurar uma contabilidade entre países sem recurso ao dólar. Os países estão pouco a pouco adotando esse sistema, como garantia das operações de financiamento. Ele é absolutamente seguro: não se tem um centavo perdido.

■ Quais seriam os principais problemas – e até resistências – ao processo de integração na América do Sul?

Eu diria que um dos principais problemas é a nossa capacidade financeira ainda limitada, e, em alguns casos, as restrições ao gasto. Há países para os quais abrimos linhas de crédito e que não puderam utilizá-las porque havia pressões da comunidade internacional. Esse é um problema. Por isso, o presidente Lula enviou aquela carta ao Fundo Monetário Internacional em que, entre outras coisas, propunha que o Fundo passasse a desconsiderar despesas em infra-estrutura como gastos de investimento. E parece que essa proposta agora está sendo aceita, pelo menos no caso do Brasil. As desigualdades das economias na América Latina foram resultados de políticas que produziram efeitos nefastos de uma maneira

geral, sobretudo porque elas já incidiam sobre uma realidade ruim anterior: a crise do nacional-desenvolvimentismo. Mas elas incidiram de formas diferentes nos vários países. A Argentina, durante o regime militar, por exemplo, aplicou uma política liberal duríssima, que teve impacto negativo na economia. Essa orientação anti-indústria aprofundou-se no governo Menem.

■ Os militares argentinos conseguiram destruir um parque industrial de respeito..

Os militares brasileiros, ao contrário, eram desenvolvimentistas. Não estou dizendo que uns eram melhores do que os outros, mas que aqui eles expandiram a base industrial. O projeto econômico de Menem foi muito mais radical do que o nosso, até porque o neoliberalismo aqui foi tardio e encontrou resistência da parte dos empresários brasileiros e dos trabalhadores. A sociedade foi mais resistente, apesar da amplitude do projeto de privatização e da desregulamentação. A abertura da economia brasileira foi dura, mas se comparada com a da Argentina...

■ O empresariado brasileiro ainda vê com muita desconfiança a integração?

Setores do empresariado brasileiro podem ver com ceticismo o Mercosul. Muitos estão fazendo ótimos negócios. Mas o Estado brasileiro tem dado demonstrações claras de que não tem uma vocação imperial nesse processo de integração.

■ Não é um projeto imperial, mas é um projeto de aumentar a influência do país na América do Sul. Isso não pode ser negado.

Eu leria de outra maneira.

■ Não existe uma preocupação, uma pretensão, digamos, de um projeto de liderança brasileira na América do Sul?

Eu não acho que exista um projeto de liderar a América do Sul ou a América Latina. O que nós queremos muito mais é garantir a América Latina, garantir a sua

“O projeto econômico de Menem foi muito mais radical do que o nosso, até porque o neoliberalismo aqui foi tardio e encontrou resistência da parte dos empresários brasileiros e dos trabalhadores.”



de de captação e de alavancagem. O Brasil já aumentou sua participação nela, e vai aumentar mais ainda. Mas existe também um organismo semelhante, mais vinculado ao Mercosul, o Fonplata, que enfrenta algumas dificuldades. E o BNDES. Provavelmente, vamos ter de examinar a criação de uma autoridade financeira sul-americana. Pode ser isso, pode ser criar um banco sul-americano de desenvolvimento econômico, ou fazer da CAF esse banco. Isso tudo estamos estudando e, sem dúvida nenhuma, é de se esperar que em breve tenhamos respostas para essas questões.

presença como um organismo que é fundamental para decidir o destino do mundo. Não estamos propondo só a ampliação do Conselho de Segurança da ONU. Estamos propondo uma reforma das Nações Unidas, da Assembleia-Geral. E a criação de um conselho econômico e social que tenha importância tão grande quanto o Conselho de Segurança. E estamos pensando, ainda, que a própria noção de segurança não fique só relacionada ao aspecto militar, mas também aos aspectos econômicos e sociais. Por isso, a política externa brasileira tem de ser entendida no seu todo. Quando o presidente sai em campanha para a criação de um Fundo Mundial de Combate à Fome e consegue reunir 65 países, não é uma campanha de caridade, não. Ele está tocando numa questão nevrálgica. Eu diria que os aspectos multilaterais da política externa brasileira estão praticamente em todos os ângulos.

■ **Existem outras iniciativas em estudo para o Banco Central nesse projeto de integração?**

No momento atual, estamos mais preocupados com uma questão anterior, que é o problema do banco de fomento. Existe hoje a Cooperação Andina de Fomento – CAF, organização poderosa, com grande capacida-

■ **O sr. acredita no ressurgimento de um discurso anti-americanista na América do Sul, encabeçado pelo governo populista de Chávez, mas com apoio da Argentina e do Uruguai? O Brasil pode vir a ser o interlocutor de confiança dos EUA na América do Sul?**

Em primeiro lugar, não considero que Chávez seja um populista. Seu governo está dando um tipo de resposta para um país que viveu uma crise prolongada. As pessoas gostam de dizer: “O Chávez é a causa da crise.” Não, o Chávez é o resultado da crise. E ele está tentando enfrentá-la com distribuição de renda e também com projetos para industrializar o país. Ele tem o seu estilo, tem os seus problemas. Aliás, cada um tem o seu estilo...

Com o governo americano, falamos claramente quais são as nossas posições, mas isso não quer dizer que não tenhamos diferenças e até contenciosos. Não nos pusemos de acordo sobre a Alca, por exemplo, e a discussão continua; tivemos desacordos na OMC, não tivemos a mesma apreciação sobre a crise na Venezuela. O governo Lula, desde o início, se manifestou contra o encaminhamento dado à crise no Iraque. Enfim, há diferenças, sim. Mas nos respeitamos, e isso me parece fundamental. Gostaria de deixar claro o

seguinte: quem decide os problemas da região somos nós, e quem decide os problemas de cada um dos países são os próprios países.

■ **A postura americana de apoio imediato ao malfadado golpe de Estado na Venezuela mostrou-se um enorme erro de avaliação da situação. Será que os americanos perceberam que já não somos o quintal deles? Será que o fato não representa um ponto de inflexão da influência americana na região, em contrapartida ao aumento da influência brasileira?**

Eu não sei, vocês teriam de perguntar isso a eles. Mas vejam bem o seguinte: o que aparece assim, como um protagonismo maior do Brasil, em realidade é o que o Brasil deveria ter feito há muito tempo. O que tivemos no passado foi uma omissão em relação à América do Sul. No momento em que iniciativas absolutamente normais são implementadas, isso aparece como um protagonismo enorme. É claro que qualquer ação que o governo brasileiro tome, sempre terá destaque. Não se esqueçam de que somos um país com 180 milhões de habitantes, com uma tradição diplomática consistente, e com peso cultural. Somos um país governado por um presidente de alta visibilidade mundial, essa é a grande verdade. Nesses dois anos e dois meses de governo, presenciamos um desfile de chefes de Estado do mundo inteiro que vieram nos visitar. Se eu lhes mostrar a agenda de pedidos de audiências, de listas de convites, ela é muito grande. O presidente tem demonstrado que é capaz de afirmar a presença brasileira no mundo sem confrontar ninguém. É isso que explica por que ele se relaciona bem com o presidente Bush, ou com o ex-primeiro ministro Aznar, governantes que têm perfis, na sua origem político-ideológica, distintos dele. Portanto, é uma relação de respeito, e de presença, é claro. A questão essencial é essa, o Brasil começou a se



“Há diferenças, sim, com o governo americano. Mas nos respeitamos, e isso me parece fundamental. Gostaria de deixar claro o seguinte: quem decide os problemas da região somos nós, e quem decide os problemas de cada um dos países são os próprios países.”

fazer respeitar. Ele não está invadindo nenhum espaço, está ocupando o espaço que era seu. O país tem de fazer isso, cada um ocupa o seu espaço.

■ **As ONGs têm sido aliadas do Brasil em várias questões fundamentais, como a flexibilização das patentes de fármacos, meio ambiente e subsídios agrícolas. Considerando-se o aumento do peso do Brasil no mundo, nossos crescentes e complexos interesses econômicos e compromissos geopolíticos, seremos capazes de manter a parceria?**

De uns 20 anos para cá, a política internacional não é só uma política de Estado. É uma política na qual manifestações da sociedade civil começaram a se fazer presentes. Basta observar as conferências internacionais da ONU. Em todas elas houve um peso forte não só dos Estados, mas também das conferências paralelas. Viena, sobre os direitos humanos; Beijing, sobre os direitos das mulheres; Rio 92, sobre os temas ambientais, etc.

À medida que o processo de globalização se acentuou nesses últimos anos, também cresceram as manifestações antiglobalizantes. Chamo a atenção apenas para dois episódios: a frustração do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), tratado que praticamente abolia

as fronteiras nacionais, eliminando o controle nacional e até mesmo o regional sobre as economias. Foi um acordo denunciado por várias ONGs, que estava sendo cozinhado quase em segredo na OCDE, e que provocou a reação dos governos. E o outro, as manifestações de Seattle, depois em Viena e Praga, que de certa forma revelaram uma opinião pública articulada em torno de teses precisas. Esses episódios são fundamentais para entendermos por que tivemos o nascimento de uma questão, de certa maneira nova, que é a formação de uma opinião pública mundial. Isso não existia, ou, pelo menos, não tinha essa consistência. No passado, houve causas que produziram comoções internacionais: a guerra civil espanhola, a guerra do Vietnã. Foram episódios com começo, meio e fim. Agora não. Temos muitas ONGs, a Attac, o Fórum Social Mundial envolvidos em questões de mais longa duração.

■ Uma articulação importante, sustentada em redes...

Algumas delas foram capazes de produzir resultados concretos importantes. Exemplo claro é este deslocamento político que está se operando na Europa no momento, e que tem muito a ver com as manifestações antiguerra do Iraque. Foram manifestações prodigiosas. Mas há ONGs e ONGs, como há partidos e partidos. O que eu acho é que, sem dúvida nenhuma, hoje elas estão definitivamente incorporadas como um fator central da mobilização internacional, da mesma forma que os movimentos da sociedade civil são vitais na constituição das novas relações de forças internas de um determinado país. Ora, que relação nós vamos ter com eles? Eu diria o seguinte: o governo brasileiro vai, de maneira geral, na direção desses movimentos. O que não quer dizer que ele vá correr sempre em sintonia. Pode haver circunstâncias em que os interesses nacionais não sejam plenamente ajustados a certas campanhas internacionais. Isso às vezes ocorre, por exemplo, em temas ambientais.

■ E em relação aos direitos humanos?

É evidente que nós temos a percepção de para onde vai a questão dos direitos humanos, da sobera-

nia. Eu diria que, durante um longo período, provavelmente vamos ser casuístas. Casuístas no bom sentido, como procedimento. O pior é você ter princípios e aplicá-los unilateralmente. Criam-se parâmetros muito rígidos. Mas tenho a impressão de que se avançarmos em direção ao multilateralismo, teremos condições de diminuir essas zonas de atrito. O grande problema que o governo Lula enfrenta hoje é que não vivemos num mundo multilateral. Não há respeito às normas internacionais do direito, aos tribunais internacionais, às normas ambientais, preceitos mundialmente necessários. Não há, inclusive naquilo que se diz que haveria, a universalização dos direitos humanos. Nenhum país hoje em dia pode, efetivamente, encher a boca e dizer que respeita plenamente os direitos humanos. Não é verdade. Essas questões vão nos exigir muita sabedoria política.

■ O êxito da renegociação da dívida argentina pode, de alguma maneira, fazer com que o Brasil consiga renegociar sua dívida externa em condições mais vantajosas?

A dívida externa do Brasil não é o problema maior, é o menor. Nós festejamos a solução que a Argentina encontrou. Agora, a situação do Brasil é muito diferente da Argentina. Há um certo terrorismo, que setores da direita estão tentando criar, dizendo "olha, não vamos nos inspirar no exemplo da Argentina". O exemplo da Argentina serve para a Argentina, e nós a apoiamos e achamos muito bom que tenha conseguido uma solução do seu problema da dívida. Mas temos outras formas de encaminhamento. Estávamos à beira do abismo, a Argentina caiu no abismo. Então eles fizeram o que tinham de fazer. Podiam ter adotado uma política de tentar cumprir à risca os pagamentos da dívida e teriam um país em chamas. Ao contrário, o país hoje está recuperando sua economia. A grande verdade é que os dois países, com caminhos diversos, enfrentaram uma questão-chave: diminuímos a nossa vulnerabilidade externa. Nós conseguimos resolver o grave problema da vulnerabilidade externa, que é uma questão caríssima à esquerda. 

Consumidor sofre nas mãos do SPC e da Serasa



Os efeitos da inclusão do nome de uma pessoa no cadastro do SPC podem ser semelhantes ao de um protesto de título. Em pouco tempo, a vida do consumidor vira um inferno. Bancos e lojas de crediário são os primeiros que lhe fecham as portas. Mas isso é só o começo. Se estiver sendo selecionado para um emprego, é bem provável que perca a vaga. Seu nome também pode ser recusado no serviço público. E ainda terá enormes dificuldades para conseguir um dos financiamentos que o governo oferece para a população de baixa renda. Tudo porque as empresas consultam o famigerado cadastro de inadimplentes para decidir a vida do cidadão.

O uso desse cadastro para definir ou não a contratação de um candidato talvez seja a maior crueldade. Afinal, a maioria das pessoas que não honram suas dívidas o faz justamente porque perdeu o emprego. Na tentativa de reverter a situação, muitos se tornam vítimas de um círculo vicioso. Querem "limpar" o seu nome na praça, mas o mercado lhes nega uma

QUINZE ANOS DEPOIS DE APROVADO O CÓDIGO DO CONSUMIDOR, AS “CENTRAIS DE INFORMAÇÃO DO CRÉDITO” CONTINUAM COMETENDO ABUSOS. O GOVERNO QUER UMA NOVA REGULAMENTAÇÃO PARA O SETOR, MAS A PROPOSTA QUE PRETENDE APRESENTAR TRAZ POUCOS AVANÇOS

nova chance. Continuam, por conta disso, na lista amaldiçoada. Até que consigam vaga em uma empresa que não considere a inadimplência um crime.

Na prática, os serviços de proteção ao crédito – que o BC, acertadamente, chama de “centrais de informação de crédito” – são estruturas de coerção da cidadania do consumidor. Além de divulgar informações colhidas com metodologia duvidosa e pouco transparente, o sistema tem muitas falhas. É comum o consumidor ser inscrito no cadastro sem que tenha sido avisado em tempo hábil. A inclusão por equívoco também acontece com alguma frequência. Se não bastasse, a demora na suspensão ou exclusão do registro parece ser a tônica dos SPCs.

Abusos sem punição

Os 15 anos do Código de Defesa do Consumidor, festejados em março, foram saudados pelo governo como um sinal do amadurecimento da noção de cidadania na sociedade. Não se pode negar que houve

avanços, mas a atuação do Estado ainda deixa muito a desejar. No que diz respeito aos birôs de proteção ao crédito, a omissão oficial acontece em várias frentes.

Na Câmara dos Deputados, por exemplo, a CPI da Serasa acabou em pizza. A empresa, a maior do Brasil entre os birôs privados de proteção ao crédito, ficou bastante conhecida na década de 90. Na época, a explosão de inadimplência provocada pelo Plano Real revelou, com mais clareza, até que ponto chegavam os abusos cometidos na manutenção dos cadastros de inadimplentes. O crescimento das denúncias levou a Câmara a abrir a CPI da Serasa, em março de 2001. Com muito estardalhaço, como sempre acontece em se tratando de uma CPI.

A Serasa não era a única do setor a cometer infrações, evidentemente. Ninguém desconhecia sua força – a empresa tem como acionistas os maiores bancos nacionais. Mas esperava-se, ao menos, que os debates abrissem espaço para uma proposta de regulamentação do setor. Não foi

o que aconteceu. O encerramento da CPI, em novembro de 2003, foi melancólico. O relatório final ignorou as irregularidades apontadas por vários deputados e limitou-se a propor sugestões genéricas para o aperfeiçoamento do sistema.

Parceria para fiscalizar

No caso específico da Serasa, o problema se agrava porque o Banco Central se recusa a fiscalizar suas atividades. Durante a CPI da Serasa, o ex-presidente Arminio Fraga afirmou que o BC não pode fiscalizar a empresa porque ela não é uma instituição financeira. Fraga disse ainda que o BC também não tem competência para fiscalizar a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) porque é uma associação. Sendo assim, não seria melhor suprimir da Constituição a competência do Banco Central para executar a supervisão bancária?

É claro que o “x” dessa questão é político. Mas existe, é verdade, um aspecto jurídico que favorece o raciocínio de Fraga. A Lei 4.595/



“Precisamos criar uma nova cultura de crédito no Brasil e retirar o argumento das instituições bancárias para a manutenção de altos *spreads*.”

CORNÉLIO PIMENTEL
(CENTRAL DE RISCO DO BC)

64, que criou o Banco Central, não inseriu a fiscalização dos birôs de crédito entre as atribuições da autarquia. Atento a isso, o deputado Chico Alencar (PT-RJ) defende a ampliação das competências do BC para que a instituição também possa atuar nessa área. No entanto, Chico quer que o BC assuma apenas a responsabilidade de autorizar e regulamentar o funcionamento dos birôs de crédito. A fiscalização dessas entidades seria exercida pelos órgãos públicos de defesa do consumidor.

Seria o melhor dos mundos: um BC mais forte para regular os birôs de crédito, mas deixando a fiscalização a cargo dos Procons. É uma idéia análoga àquela que o governo pretende aplicar na defesa da concorrência bancária. O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) vai fiscalizar a conduta bancária, mas o BC manterá a prerrogativa de decidir sobre a fusão de bancos que possam pôr em risco o bom funcionamento do sistema financeiro.

Nova regulamentação ainda em 2005

A proposta de Chico Alencar, assim como outras tantas que pretendem impor algum controle sobre os birôs de crédito, continua mofando nos escaninhos do Congresso. Mas a discussão do tema vai voltar, em breve, porque o Executivo resolveu legislar sobre o mesmo assunto. Recentemente, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lis-

boa, anunciou que o governo quer aprovar nova regulamentação para os birôs de crédito. Ainda em 2005.

A perspectiva do projeto do governo, no entanto, é bem diferente. O texto elaborado pela Fazenda preocupa-se, até certo ponto, com o uso que os birôs fazem das informações. Mas a meta principal não é ampliar os direitos do consumidor. A equipe econômica quer um novo ordenamento jurídico no setor que ajude a elevar o volume de crédito.

Volta e meia, Lula aborda o assunto. Ele quer alternativas para reduzir o *spread* bancário – a taxa de juros que o sistema financeiro cobra pelas operações de crédito. Esta taxa é afetada por quatro itens: o custo de captação do dinheiro, as despesas operacionais dos bancos, suas margens de lucro e o custo da inadimplência. O custo de captação é alto porque, para financiar seu déficit, o governo toma emprestado no mercado quase todos os recursos disponíveis para empréstimos. Como não há sinais de diminuição deste déficit no curto prazo, é pouco provável que o BC faça uma redução na taxa básica de juros capaz de produzir uma queda sensível no *spread*.

Mexer nas margens de lucro dos bancos, que respondem por 40% da composição do *spread*, parece impensável. Nenhum governo até hoje teve coragem de tomar uma atitude dessas. Em função desse cenário, o Executivo escolheu a solução menos conflituosa, que consiste em aumen-

tar o volume do crédito através da redução do custo da inadimplência dos devedores. Segundo estatísticas do Banco Central, o índice de inadimplência participa com 17% na composição do *spread*.

Ao optar por esse caminho, a Fazenda se deparou com outro problema. Um estudo feito pelo BC em 1999, e endossado pelo atual governo, concluiu que os bancos não dispõem de meios para identificar os bons pagadores. É uma avaliação bastante questionável, porque todo banco sabe direitinho quem paga em dia ou não. Seja como for, o governo quer aplicar nos birôs de crédito a mesma lógica adotada na nova Lei de Falências, que promete diminuir o risco de crédito através da oferta de instrumentos mais ágeis para a cobrança e execução de dívidas.

No caso dos birôs, a redução da inadimplência depende da modernização do setor. Essa modernização, por sua vez, implica regulamentar uma ferramenta que informe às financeiras em quais situações o empréstimo apresenta menos riscos.

Cadastro dos bons pagadores

A “ferramenta” em questão é o cadastro positivo. Ela recebeu esse nome em oposição ao modelo vigente. Hoje, a maioria dos serviços de proteção ao crédito opera apenas com informações “negativas” – dívidas vencidas e não pagas. São cadastros restritivos, nos quais só há registros que depreciam o consumi-

dor. O cadastro positivo, que o governo quer regulamentar, vai na direção oposta. Seu objetivo: traçar o perfil do consumidor a partir de todas as contas pagas em um determinado período (não previsto no projeto do governo). Se durante um ano, por exemplo, o indivíduo honrar todos os seus compromissos, será considerado um bom pagador. Alguém que oferece menos riscos. Como recompensa, poderá obter crédito com taxas menores.

“Precisamos criar uma nova cultura de crédito no Brasil e retirar o argumento das instituições bancárias para a manutenção de altos *spreads*.” É o que defende Cornélio Pimentel, chefe do Departamento de Supervisão Indireta do Banco Central. Pimentel está à frente da Central de Risco do BC, o único cadastro positivo regulamentado no país. Não por uma lei específica, mas pela Resolução Interna 2724/00.

Criada em 1997, a Central de Risco também armazena as dívidas vencidas, mas a preocupação maior é registrar os compromissos que estão sendo honrados. Desta forma, o agente financeiro certifica-se de que o endividamento total da pessoa ou empresa é compatível com sua capacidade de pagamento, não havendo risco de inadimplência. Há, contudo, um limite. Em função do gigantesco volume de informações, só constam na Central de Risco pessoas ou empresas que têm dívidas acima de R\$ 5 mil. É, portanto, um servi-

ço que abrange apenas a classe alta e uma parcela da classe média.

O governo quer levar o modelo da Central de Risco para os serviços privados de proteção ao crédito. O promotor de Justiça Leonardo Bessa tem sérias dúvidas a respeito. Representante do Ministério Público do Consumidor nas discussões com o governo sobre o novo projeto, Bessa afirma que a Central de Risco do BC ainda não produziu os resultados que se esperava. “Não se tem notícia de um único caso em que o consumidor tenha efetivamente se beneficiado da tão alardeada taxa de juros menor em razão de um bom histórico de crédito”, desafia.

O Banco Central tem suas justificativas para o fato. Até o ano passado, os dados disponíveis na Central de Risco limitavam-se a mostrar o total de empréstimo tomado no sistema financeiro e o nome das instituições que concederam o crédito. Com esses dados, era possível identificar apenas os clientes que estavam altamente endividados e que poderiam oferecer algum risco. Segundo os bancos, essas informações eram insuficientes para uma avaliação positiva dos clientes.

Em junho de 2004, o BC inaugurou a nova Central de Risco, que passou a se chamar Sistema de Informações de Crédito. Desde então, o Sistema inscreve nos seus cadastros informações sobre o tipo e o prazo do empréstimo, garantias, indexador e até a taxa do contrato. Também estão incluídos no “pacote” as dívidas no cheque especial, as operações de cré-

dito direto ao consumidor e, principalmente, o histórico de pagamento nos últimos 12 meses.

Vânio Aguiar, um dos responsáveis pela modernização da Central de Risco, acredita que essa massa de informações permitirá uma diferenciação clara entre o bom e o mau pagador. “É bem diferente uma pessoa que deve R\$ 50 mil numa operação de financiamento habitacional, que é de longo prazo, de outra que deve R\$ 20 mil no curto prazo”, avalia.

Privacidade do cidadão em risco

Um cadastro positivo que manipule tamanha quantidade de informações pode ser mais uma forma de espionar a vida do cidadão. O promotor Leonardo Bessa considera o tema bastante delicado. O Banco Central alega que a privacidade é preservada, pois exige que a instituição financeira possua autorização expressa do cliente para consultar as informações que lhe dizem respeito.

Bessa assegura que isso está longe de ser verdade. Segundo ele, o consentimento do consumidor é obtido por meio de cláusulas escondidas nos contratos de adesão (seja para empréstimo, seja para abertura de conta corrente). “Nenhuma explicação é oferecida ao consumidor sobre a utilidade dos seus dados pessoais serem tratados pela Central de Risco”, critica o promotor.

Na verdade, a posição do Banco Central quanto à privacidade dos cidadãos é, no mínimo, contraditória.

Em estudo disponível no seu site, o BC mostra, com orgulho, que as centrais de crédito brasileiras são as mais eficientes da América Latina (depois das americanas). Mas, ao fazer o comparativo com as centrais européias, bem menos “eficientes” que as nossas, o BC explica o fato em razão da forte regulamentação existente na Europa e da rigorosa proteção da privacidade do consumidor.

No Velho Mundo, não existe uma legislação específica para ban-

cos de dados de proteção ao crédito. Em vez disso, há uma lei geral que protege o indivíduo em relação a qualquer conjunto de informações sobre ele organizadas em qualquer entidade. Há também uma agência reguladora do poder público, com absoluta independência, e com certo poder de polícia sobre todos os bancos de dados.

“Esta é a questão fundamental”, na visão do promotor Leonardo Bessa. O projeto do governo para os

Como funciona o sistema no B

Os serviços de proteção ao crédito surgiram na década de 50. Até então, o próprio lojista se encarregava de conseguir referências sobre o consumidor que desejava fazer uma compra parcelada. Com o aumento das vendas a crédito, percebeu-se que esta tarefa seria mais ágil se exercida por entidade voltada exclusivamente para esse fim. Este foi o motivo que levou a Câmara de Diretores Lojistas de Porto Alegre a fundar o primeiro Serviço de Proteção ao Crédito, em julho de 1955.

A idéia foi copiada no Brasil inteiro pelas associações comerciais dos municípios. Hoje, o SPC é uma rede nacional com 950 Câmaras de Dirigentes Lojistas interconectadas. Com 140 milhões de cadastros de pessoas físicas e 16 milhões de pessoas jurídicas,

é o maior banco de dados eletrônico do país para análise de crédito. Segundo informações do SPC Brasil da Confederação Nacional dos Diretores Lojistas, o sistema é acessado diretamente por mais de 1,5 milhão de operadores, que representam 550 mil empresas. A média de atendimento mensal é de 16 milhões de consultas.

Neste nicho de mercado, destaca-se a Serasa (Centralização de Serviços dos Bancos S. A.). Criada em 1968 por três dos maiores bancos nacionais, a Serasa de hoje tem como acionistas todos os bancos de médio e de grande porte. Seus produtos podem ser divididos em dois grupos. Os bancos de dados, propriamente ditos, e as ferramentas de troca de informações. Estas realizam a constante ali-

birôs de crédito não se preocupa em definir quem deve ter o poder de polícia diante dos SPCs. Mas se o Brasil não enfrentar a questão, o comércio com a União Européia poderá sofrer sérias restrições a médio prazo. De acordo com Bessa, a Argentina saiu na frente nesse debate. Não só elaborou uma lei nos moldes do modelo europeu, como também vem insistindo para que os países que compõem o Mercosul tenham uma legislação comum nessa área.

É bom que o Ministério da Fazenda pense nessa questão antes de enviar ao Congresso a nova regulamentação dos serviços de proteção ao crédito. Aliás, o governo às vezes passa a impressão de que deseja inventar a roda. Se desse mais atenção às iniciativas da sua própria base aliada, teria à sua disposição muitas propostas interessantes.

A deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), uma das mais ativas durante a CPI da Serasa, é autora de

um dos projetos mais abrangentes para o setor. Além de sugerir a criação de uma agência reguladora para fiscalizar a atuação dos SPCs, Perpétua se preocupou em preservar ao máximo a privacidade do consumidor. Ela sugere, por exemplo, que os cadastros positivos e negativos sejam totalmente independentes, para evitar os efeitos danosos do cruzamento de informações dos dois sistemas.

O projeto do governo não toca no assunto. 

Brasil

mentação e atualização dos bancos de dados e permitem o intercâmbio entre o birô e seus clientes. Segundo dados da própria empresa, a Serasa fornece 3 milhões de consultas por dia. Seu número de clientes diretos e indiretos ultrapassa 300 mil.

Cadastros públicos

O mais conhecido é o Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo (CCF), do Banco Central. A autarquia também é responsável pelo Sistema de Informações de Crédito (SCR), o maior cadastro brasileiro baseado em informações positivas. Seu banco de dados é alimentado mensalmente pelas instituições financeiras, mediante a coleta de informações sobre a situação das operações

de crédito existentes no fim do mês.

Apesar de o fechamento da coleta ocorrer no dia 30 de cada mês, o SCR só recebe esses dados no dia 20 do mês seguinte. Isso gera algumas distorções.

Um consumidor que tenha pago no dia 1º de abril uma conta vencida no dia 30 de março permanece na lista de inadimplentes do SCR até o dia 20 de maio, data em que o BC recebe dos bancos a posição das operações registradas no fim de abril. Este exemplo mostra que o consumidor, mesmo com o cadastro positivo, continua sendo prejudicado injustamente.

O SPC da União

Os devedores do governo federal são listados no Cadim, o Cadastro de

Inadimplentes da União. Podem ser inscritos no Cadim tanto uma pessoa física que esteja em atraso com o Imposto de Renda quanto uma prefeitura ou governo estadual.

Em 2003, a governadora Rosinha Garotinho enfrentou algumas dificuldades para receber do Ministério da Justiça os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Na época, o Rio estava inscrito no Cadim por não ter honrado compromissos financeiros com os Ministérios da Fazenda e da Cultura e com o BNDES. O problema foi resolvido graças ao acordo do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, com o então secretário de Segurança do Rio, Anthony Garotinho. O próprio Palocci emitiu um certificado de adimplência para o Rio.

A A matra e a reforma sindical

Nada mais comum, desde há muitos anos, que a crítica contundente ao nosso sistema de relações coletivas do trabalho, sempre sob a tónica de que a legislação brasileira persiste em carregar fortes traços de um modelo influenciado pelo fascismo italiano, próprio da época em que Vargas flertava com as idéias de Mussolini, muito embora tenha terminado, mesmo, nomeando os "Aliados", contra o "Eixo", na Segunda Guerra Mundial.

Aliás, esse comportamento claudicante não foi obra apenas do nosso ditador. O déspota Stalin, da URSS, em 1939, para preservar seu espaço de poder autocrático, chegou a firmar com Hitler o "pacto de não-agressão". Não por ironia do destino, foram os soldados do Estado Socialista Soviético que iniciaram o processo de desmoroamento das tropas nazistas, dentro e fora da Rússia, evitando, assim, uma tragédia ainda maior para a Humanidade.

Basta, porém, analisar os fatos com isenção, para ser rechaçada a tese de existência de algum vínculo entre as conquistas alcançadas pelos trabalhadores brasileiros e a concepção nazi-fascista do Estado. Carece de investigação e confirmação científicas a pertinência do tributo conferido a Getúlio pelos avanços dos direitos individuais trabalhistas, consubstanciados nas férias anuais remuneradas, décimo terceiro salário, fixação da jornada, salário mínimo, remuneração adicional do trabalho insalubre ou perigoso, além de outras vantagens previstas na CLT e em leis esparsas.

Por outro lado, e aqui a crítica é irrefutável, o Estado controlador dos movimentos sociais de Vargas superou-se na institucionalização de um modelo sindical umbilicalmente atrelado ao poder público.

Nem mesmo o decurso de período superior a 60 (sessenta) anos, com duas constituições democráticas intercorrentes, foi capaz de eliminar alguns dos pilares desse sistema retrógrado. Entre eles, destacam-se a unicidade da representação sindical numa mesma base territorial e a contribuição compulsória, conhecida como imposto sindical, co-

brada de todos os empregados, sejam sindicalizados ou não.

Nem tudo foi tão ruim, é verdade. A Carta Política vigente ensejou, pelo menos, sepultar o controle direto das atividades sindicais pelo Estado, extirpando do sistema a autorização para funcionamento, a fiscalização e a intervenção.

Agora, o Poder Executivo anuncia o encaminhamento de projeto de lei e de proposta de emenda constitucional para romper com aqueles resquícios ultrapassados, paridos pelo Estado Novo. Sinaliza-se para a substituição do imposto compulsório por contribuições definidas em assembleias das categorias profissionais. Aponta-se também para a autorização da organização obreira nos próprios locais de trabalho e a punição das condutas anti-sindicais.

Caminhando na contramão dessas boas iniciativas, a proposta governamental não elimina a unicidade sindical, ao preconizar que aos atuais sindicatos será assegurado o monopólio (exclusividade) da representatividade, desde que comprovem determinado número mínimo de filiados. Sem nenhuma justificativa convincente, recuou o governo da indispensável proposta de positivação do princípio da prevalência da norma mais benéfica ao empregado, medida que sinalizaria a intenção em não flexibilizar o direito do trabalho na reforma trabalhista. A ultratividade da norma coletiva, do mesmo modo, desapareceu do texto que será enviado ao Congresso Nacional.

Na mesma linha, evidencia-se o manifesto desejo de concentração de poder nas cúpulas das entidades sindicais, ao pretender-se propiciar-lhes o privilégio injustificável de instituir sindicatos sem a observância dos quóruns previstos em lei, bem assim ensejar-lhes a imposição, de cima para baixo, de cláusulas em acordos nacionais.

No quadro que se desenha, a criação de entidades sindicais será tarefa das mais árduas, restando praticamente inviabilizado o natural nascimento de movimentos contrários aos atuais detentores do poder sindical.

O direito de greve, como posto no projeto de lei, sofre

sérias restrições. Há exigência de manutenção do funcionamento parcial da empresa, ainda que esta não desenvolva atividade reconhecida como essencial, capaz de autorizar até a contratação de trabalhadores temporários na hipótese de o sindicato obreiro não assegurar os níveis mínimos de prestação laboral.

Não é bem-vinda a iniciativa que busca abrir uma brecha no texto constitucional, a ser preenchida por via de lei ou de sórdida medida provisória bonapartista. Muito menos o ensaio de retrocesso quanto ao papel do Estado na certificação da representatividade sindical. Numa perspectiva de efetiva liberdade sindical, não só devem ser expurgados o imposto compulsório e a unicidade, como também propiciados meios para se assegurar autonomia financeira aos sindicatos.

Contudo, não contribui a intenção deflagrada recentemente, de se pretender votar a toque de caixa o projeto de lei que torna compulsórias, também para não-sindicalizados, as contribuições assistenciais e confederativas, ainda que limitadas a percentuais reduzidos de sorte a eliminar os abusos. Não

dá para identificar se os sindicatos estão iludindo os parlamentares ou se está ocorrendo o inverso ou, ainda, ambas as coisas. Ora, o impasse não se supera apenas com o necessário controle dos abusos.

Há de se considerar a inarredabilidade do princípio constitucional da liberdade sindical, que não se compadece com a compulsoriedade de contribuições. Seguramente a lei não romperá a inconstitucionalidade já assentada pelo Supremo Tribunal Federal.

As Centrais, por força da própria realidade fática, devem ser reconhecidas como as entidades maiores da estrutura sindical, sem que seja permitido, porém, um modelo hierarquizante, já

que devem ser controladas pela base.

Ainda na prospecção da efetiva liberdade sindical, além da positivação do princípio da norma mais benéfica, da vigência da norma coletiva enquanto não suplantada expressamente por outra, da não-obrigatoriedade da negociação coletiva, da substituição processual ampla, é indispensável a efetiva democratização das relações coletivas. Isso somente será viabilizado a partir da garantia de estabilidade a todos os empregados, do exercício do direito de greve sem restrições por parte do Estado e da inclusão no movimento sindical dos milhões de trabalhadores desempregados e de outros tantos não-empregados, atualmente sem qualquer referencial enquanto categoria profissional e, portanto, desprovidos de mínimos instrumentos para melhoria de sua condição de vida.

A fraternidade exige dos sindicatos a luta pela integração de todos os excluídos, privilegiando a defesa dos segmentos mais pobres e discriminados, bem como de interesses maiores de toda a Humanidade, como sejam a proteção ao meio ambiente e o desarmamento global.

A não ser assim, afetados que foram pela globalização, pelo neoliberalismo, pela terceirização e pelo ocaso do temor do socialismo, os sindicatos não resistirão e passarão a atuar em limites cada vez mais estreitos, forjando lideranças cada vez mais conformistas com resultados pífios para as categorias que pretendam representar.

Não estamos tratando de tema de somenos importância, mas, sim, de pressuposto fundamental para a concretização do Estado Democrático de Direito e de valorização dos ideais de justiça social.

Sem sindicatos livres, independentes e politicamente fortes, perde a classe trabalhadora nacional e perde a Nação, que não conseguirá superar os seus dramas sociais, subjacentes à elevada concentração de renda e refletidos na miséria reinante em todos os quadrantes do país. Essas considerações refletem o posicionamento e a orientação da Anamatra, enquanto coletividade dos magistrados trabalhistas brasileiros. 

“Sem sindicatos livres,
independentes e
politicamente fortes,
perde a classe
trabalhadora nacional e
perde a Nação, que não
conseguirá superar os
seus dramas sociais.”

(*) Juiz do Trabalho, é presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho)

0800 no lugar das CAPs

PROJETO ESVAZIA ÚNICO CANAL DE LIGAÇÃO DIRETA DO BANCO COM A SOCIEDADE

O fracasso da reestruturação de 1999 parece não ter servido para conter a intenção deliberada do sucateamento do Banco Central. O próximo passo já está decidido: a extinção das Centrais de Atendimento ao Público que funcionam em todas as representações regionais. O plano está previsto para entrar em vigor já em agosto, e é questão fechada para a direção do BC.

No começo de março, dirigentes do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), estiveram reunido com o diretor de Administração, João Fleury, e com o diretor de Fiscalização, Paulo Cavalheiro. Ouviram a confirmação do que até então não passava de boato, mas já era motivo de burburinho e indignação. A primeira providência será manter apenas 20 pessoas envolvidas com o atendimento ao público na sede do BC, e deslocar os 135 funcionários das Regionais para a fiscalização.

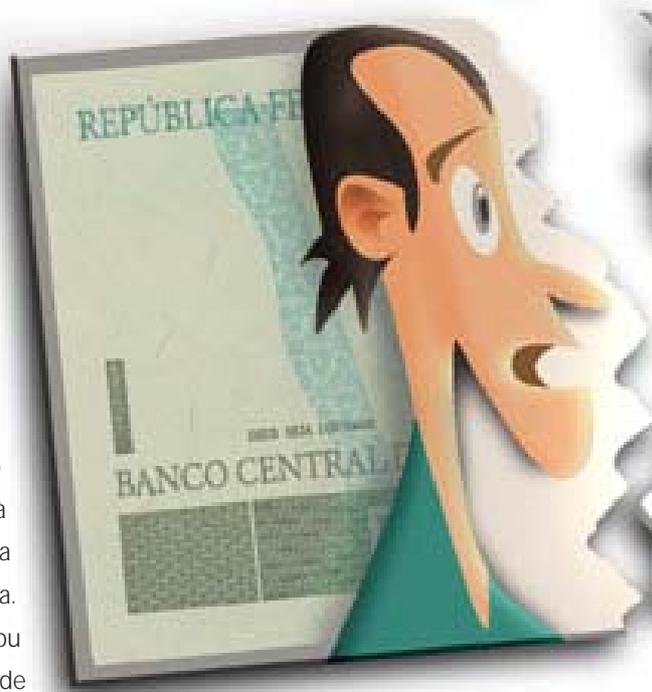
Que a fiscalização do Banco Central necessita de fortalecimento não se discute. Que isso seja feito à custa da supressão das CAPs é outra história. Sem autorização para realizar concurso público para repor o quadro funcional, a instituição abre um

buraco para tapar outro. A opção, mais uma vez, é pelo investimento em tecnologia em detrimento do pessoal.

O atendimento no balcão dará lugar à impessoalidade de uma linha 0800 automatizada. O Banco Central comprou o SAP – uma plataforma de software – por R\$ 10 milhões e pagou outros R\$ 20 milhões à IBM para prestar consultoria na implantação do projeto. A idéia nem nova é. Já fazia parte dos projetos de Tereza Grossi, ex-diretora de Fiscalização, agora empregada no setor privado, e que achava que o 0800 resolveria as demandas da população.

Missão: guardião da moeda

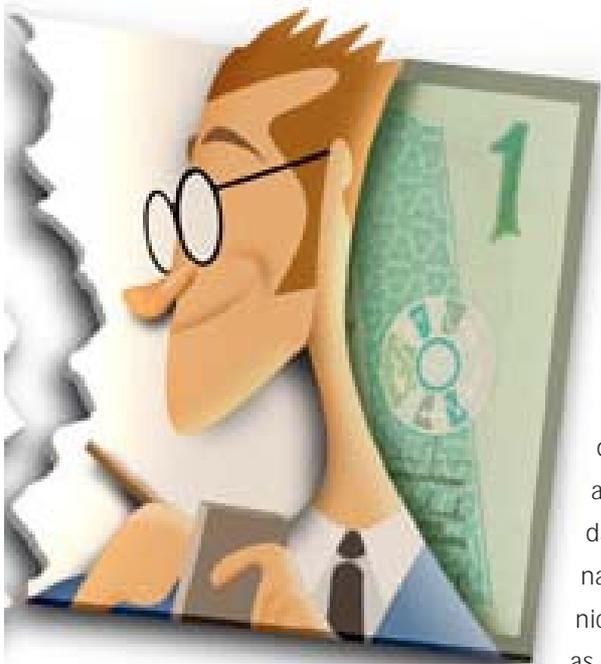
Todo o atendimento, no futuro, será feito apenas por telefone em Brasília. “Além da extinção de um serviço que, com todas as limitações, ainda assim tinha reconhecimento do usuário do sistema financeiro, paira no ar o temor do destino do pessoal que será alocado para outra função” diz o presidente do Sinal,



Sérgio Belsito. “Nenhum deles entrou no Banco para atuar na fiscalização, não se sabe de nenhum programa de treinamento para adequá-los às novas tarefas, e mesmo que eles venham a adquirir qualificação, ainda restará o vácuo que vão deixar na outra ponta da estrutura da instituição.”

Por trás do esvaziamento de um serviço que é hoje um dos poucos elos de ligação do Banco com a população, parece esconder-se um objetivo muito mais amplo: estabelecer um Banco Central de modelo clássico, encarregado de cuidar apenas da estabilidade da moeda, ignorar a concentração bancária e virar as costas para os correntistas.

“A reestruturação das Centrais de



Atendimento ao Público, nos moldes propostos pela direção do Banco Central, contraria tudo o que o Sinal preconiza: maior participação da sociedade no Conselho Monetário Nacional e no conceito filosófico da missão do Banco”, afirma Belsito. “Além de fiador da estabilidade da moeda com desenvolvimento econômico e social, caberia ao Banco zelar pela solidez do sistema financeiro nacional e pela proteção da economia popular, de acordo com as propostas aprovadas na 20ª Assembléia Nacional Deliberativa do Sinal, em novembro do ano passado.”

Quem ganha e quem perde

Desprotegido por um Código do Consumidor Bancário insuficiente, e

humilhado com a inclusão nas listas da Serasa e do SPC, o usuário do Sistema Financeiro Nacional só conta com as Centrais de Atendimento ao Público, vinculadas à Secretaria Executiva (Secre), para obter algumas respostas às suas queixas.

As CAPs prestam em média 600 mil atendimentos anuais. Atendem diariamente cidadãos de todo o território nacional por meio de ligações telefônicas, e-mails e correspondências. Só no ano passado, mais de 10 mil denúncias procedentes foram apuradas. As queixas variam do tempo de demora nas filas às taxas abusivas de serviços. Pesquisa realizada pelo Procon de São Paulo já apontou diferença de até 369% nos valores das tarifas de um banco para outro.

Nem os maiores conglomerados financeiros, que contam em carteira com mais de um milhão de correntistas, conseguiam escapar à parceria entre a sociedade e as centrais de atendimento para conter abusos como esses. Instituições tais como, o ABN AMRO, Banco do Brasil, Unibanco, Santander/Banespa, HSBC, Bradesco e Itaú, eram fregueses de carteirinha do *ranking* de maus prestadores de serviço.

O Banco Central nunca primou

pelo compromisso com a ponta mais frágil nas relações entre bancos e correntistas. “Pela simples leitura da legislação aplicável ao assunto, percebe-se que o Banco Central não pode ser confundido com uma agência reguladora, cabendo ressaltar que não lhe assiste, de forma precipua, a defesa dos direitos do consumidor”, deixa claro um trecho do *link* voltado ao atendimento do cidadão da página do BC na Internet.

“Não resta dúvida sobre quem ganha e quem perde com a extinção das CAPs”, diz Belsito. “Os bancos são os favorecidos porque podem se livrar da prestação de contas que têm de dar à fiscalização do Banco Central, e também da má imagem que passam a carregar quando incluídos no *ranking* negativo das instituições que desrespeitam o consumidor, gerado pelas denúncias que chegam às centrais de atendimento.”

O Sinal está atuando junto à Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados e já protocolou denúncia no Ministério Público Federal, em Porto Alegre, no sentido de reverter a deplorável decisão da direção do BC. Sem o único canal de ligação direta com a sociedade, o Banco Central corre o risco de ter sua imagem reduzida ao que produz de mais antipatizado: as reuniões do Copom. 

ABRAPP

Fundos de pensão: cenário favorável

A entrada em cena dos planos de previdência de instituidores contribui para abrir maiores perspectivas de desenvolvimento para o sistema de fundos de pensão e isso, diga-se, é claramente colocado como uma estratégia de governo. Desde a segunda metade de 2003, a Secretaria da Previdência Complementar promoveu mais de uma dezena de seminários em diferentes capitais para divulgar o novo formato de fundos, ensinando com muita clareza e objetividade o caminho que precisa ser seguido por aqueles que desejam instituir esse novo tipo de Previdência Complementar. Mostrando vantagens e formas de vencer os obstáculos, esses eventos em muito contribuem para expandir as fronteiras da Previdência Complementar e, conseqüentemente, ampliar a proteção oferecida aos trabalhadores.

A possibilidade que agora se abre para sindicatos e associações redesenha o potencial de crescimento do segmento de fundos de pensão, que teve também sua legislação modernizada e vê agora suas normas simplificadas e flexibilizadas. Resultado: vai caíndo o cerco burocrático que no passado tornou a administração de planos complementares uma tarefa mais complexa e onerosa do que deveria ser para empresas e sindicatos. Essas mudanças fazem surgir novos cenários, que se juntam a fatores econômicos e populacionais e tornam possível projetar, segundo estudo da Ence – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, um crescimento de 10% no contingente de trabalhadores cobertos pelo sistema, na primeira metade da atual década, e de 20% na segunda metade.

Atualmente, os fundos de pensão protegem perto de 6 milhões de trabalhadores e seus dependentes em nosso país. Tudo faz crer que os fundos instituídos por sindicatos, associações e cooperativas, somados aos patrocinados por empresas e aos que estarão sendo em futuro próximo criados pelo setor público para

os seus servidores, conseguirão mais que dobrar esse número ainda nesta primeira década. É o que se prevê, não por excesso de confiança, mas porque a experiência internacional mostra que isso é possível.

Na Europa e nos Estados Unidos, os *pension funds* contribuem em média com pelo menos 70% da riqueza das nações expressa em seus PIBs. No caso brasileiro, estima a Secretaria da Previdência Complementar que estamos criando as condições para sairmos dos atuais 17% e chegarmos a 35% no curto espaço de tempo, de apenas oito anos. Um crescimento forte e sustentado, que é fruto, vale sublinhar, da modernização do pano de fundo legal e normativo da Previdência Complementar e de um tratamento tributário que coloca o Brasil na vanguarda mundial em matéria de incentivo à formação da poupança previdenciária.

A vida do participante de fundos de pensão também ficou mais fácil, com a entrada em vigor de dispositivos que agora lhe permitem levar sua poupança de um plano para outro ao mudar de emprego ou, se preferir, parar de contribuir e deixar os recursos no mesmo fundo para receber o benefício a que tem direito no futuro, quando aposentar-se. É extensa a lista de novas facilidades e de providências que tornaram mais transparente a gestão, mais seguro o ato de poupar.

As mudanças operadas abriram um cenário igualmente promissor para o patrocínio de fundos de pensão por empresas, que assim têm todas as condições para bem utilizar os fundos de pensão como parte fundamental de suas políticas de recursos humanos. Em muitos casos ainda, é bom dizer, os empregadores criam planos, mas não dão o passo seguinte, que é utilizá-los mais concretamente como ferramenta de suas políticas de RH. E o momento de fazer isso é agora, em que surge claramente todo o potencial de crescimento da Previdência Complementar.

DO TAMANHO DOS SEUS SONHOS

REBRAN/SP/04



FAÇA A SUA NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL

**Realize o sonho da casa própria.
Acesso a financiamento imobiliário,
caso as condições estabelecidas sejam atendidas.**

ESCRITÓRIO DA FHE - SEDE - BRASÍLIA-DF - ESSE

Eplanada dos Ministérios - Bloco "D" - Anexo I - Exército - Térreo - S. 100
70052-900 - Brasília-DF - Fone (61) 314.7538 e 314.7578 - FAX (61) 314-7835

 FUNDAÇÃO
HABITACIONAL
DO EXÉRCITO

fhe.org.br

POUPEX
Associação de Poupança e Empréstimo

poupex.com.br

